# Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
Congresso turbina emendas e aprova Orçamento que tira verba da Previdência . . . 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
Orçamento "maquiado" deve levar a contingenciamento de R$ 30 bilhões . . . 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
"Contabilidade criativa" marca votação . . . 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Relator remaneja R$ 26,5 bilhões de despesas do Orçamento . . . 11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL
Governo deve anunciar hoje antecipação do 13º de aposentados e pensionistas do INSS . . . 14

O POPULAR - GO - BUSSOLA
SERVIDOR PÚBLICO
Servidores indiciados por desvio de vacina - BUSSOLA . . . 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Tráfico de doses: quando uma xepa da vacina vale ouro - EIXO CAPITAL . . . 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Encontro do Mercosul ocorre sob temor do avanço da pandemia . . . 20

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
SP leva leito a faculdade e cria usinas de oxigênio . . . 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Covid-19, uma guerra sem fim - CLAUDIA SAFATLE . . . 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Privatização pode ajudar programa social, diz ministro . . . 27

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Doações privadas e inovação em saúde (2) . . . 29

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Globo fatura R$ 12,5 bi e mantém investimento . . . 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA
Prioridade agora é a vacinação . . . 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Economistas saem em defesa da IFI ..... 35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA
Prévia do IBGE já supera o teto ..... 36

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA
Urgências para o Brasil (3) ..... 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Guedes diz concordar com mais auxílios, mas exige contrapartida ..... 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Prévia da inflação dispara e supera teto da meta do ano ..... 39

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Piora fiscal afeta mais os preços que agravamento da pandemia, afirma BC ..... 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
A queda da confiança da indústria (3) ..... 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Sobre gatilhos e soluções (2) ..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Produtividade sobe em 2020 com diminuição de horas trabalhadas ..... 45

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Com pior março em 6 anos, prévia mostra que inflação não deu alívio ..... 48

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
BC vê piora fiscal afetar preços após curto prazo ..... 51

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
"Mourão no lugar de Bolsonaro é trocar a barbárie pela civilização", diz Dino ..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA
BC indica limites para o ciclo de alta dos juros (3) ..... 55

# Congresso turbina emendas e aprova Orçamento que tira verba da Previdência

***Thiago Resende, Danielle Brant e Renato Machado***

O Congresso aprovou, na noite desta quinta- feira (25), o projeto de Orçamento de 2021 e chancelou a decisão do relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), de retirar R$ 26,5 bilhões dos recursos para pagamento do seguro-desemprego, do abono salarial e da **Previdência Social** para bancar obras.

O texto segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Para destravar a votação, interlocutores do governo e Bittar negociaram a ampliação da verba para obras e projetos a serem executados nas bases eleitorais de congressistas. Assim, o Congresso ampliou de cerca de R$ 20 bilhões para quase R$ 49 bilhões a fatia do Orçamento aplicada com base em critérios de parlamentares. Esse volume deverá ser recorde.

No Orçamento de 2020, as emendas parlamentares somaram inicialmente cerca de R$ 50,5 bilhões, em valor corrigido pela **inflação**.

No entanto, após Bolsonaro se aproximar do centrão e com a chegada do coronavírus ao Brasil, o Congresso encerrou o embate com o governo envolvendo o controle de parte do Orçamento. A fatia do Congresso caiu para cerca de R$ 38 bilhões.

As emendas previstas para 2021 beneficiaram principalmente o ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional). Responsável por obras nas áreas de habitação, saneamento e recursos hídricos, a pasta teve um salto no orçamento de R$ 6,5 bilhões, previsto na proposta original do governo enviada em agosto, para quase R$ 21 bilhões.

A pasta de Marinho, assim como as de Infraestrutura e Turismo, é visada pelos parlamentares que usam as obras para ampliar o capital político.

Em ano de pandemia, o Congresso privilegiou, portanto, pastas ligadas a obras. O orçamento do Ministério da Saúde teve um aumento mais tímido, de 7% após a apresentação das emendas parlamentares.

A redução, principalmente, nas contas da Previdência preocupa técnicos do Ministério da Economia. A tesourada nessa área foi de R$ 13,6 bilhões.

O problema, segundo membros da equipe econômica, é que a verba para pagar aposentadorias e pensões já estava abaixo do considerado ideal.

Em vez de corrigir o rombo, Bittar ampliou a defasagem no orçamento da **Previdência Social**. Segundo o relator, o corte na Previdência seria ainda maior, mas, "num esforço conjunto foi possível minimizar a tesourada.

Bittar diz que a aprovação da reforma da Previdência e da lei do pente-fino nos benefícios com indicio de irregularidade possibilitaram o corte nos recursos da Previdência.

O corte na verba do abono salarial foi de R$ 7,4 bilhões. Esse valor não será necessário, pois o Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) decidiu adiar o pagamento do abono. Os benefícios que seriam pagos no segundo semestre foram transferidos para 2022.

O ajuste, segundo o governo, foi necessário por causa de atraso no processamento dos dados de quem tem direito ao abono e também para atender a uma recomendação da CGU (Controladoria-Geral da União) para que o calendário de pagamentos se encerre no mesmo ano. Atualmente, os lotes começam a ser liberados no segundo semestre de um ano e acabam no primeiro semestre do ano seguinte.

O governo queria que essa redução de R$ 7,4 bilhões na verba do abono fosse usada para reduzir a pressão sobre o teto de gasto -regra que limita o crescimento das despesas. A Economia estimou que precisará cortar R$ 17,6 bilhões para cumprir o teto neste ano. A conta foi feita com base na proposta de Orçamento enviada pelo governo em agosto. Portanto, o número pode ser alterado.

A tesourada no seguro-desemprego ocorre num momento de piora das expectativas da atividade diante do agravamento da pandemia.

Bittar disse, no entanto, que a redução era necessária para permitir a recriação do programa de manutenção do emprego e da renda, o "que permitirá que centenas de empregos sejam preservados".

Dentre os acréscimos, Bittar incluiu recursos para recuperação de ativos da União, obras em rodovias de Pará, Ceará e Santa Catarina, construção de viadutos e regularização fundiária.

Do total de R$ 26,5 bilhões das novas emendas do relator, R$ 4 bilhões só serão executados após ser aprovada uma lei ou apresentada medida provisória que altere as regras de pagamento do auxílio doença.

O projeto de Orçamento não diz exatamente qual deve ser a mudança no auxílio -doença. Uma das hipóteses em análise é que o auxílio devido a trabalhadores afastados do trabalho por motivos de saúde poderá ser pago pelas empresas, em vez ser pago pelo **INSS**.

O reembolso para a empresa seria por abatimento em imposto federal devido ao governo, como a contribuição patronal para a Previdência. Isso não deve atingir micro e pequenas empresas, nem trabalhadores autônomos e rurais.

Se as mudanças no auxílio-doença não forem apresentadas em até 30 dias após o Orçamento ser convertido em lei, os gastos condicionados à medida deverão ser cancelados.

Técnicos legislativos criticaram pontos do Orçamento de 2021. Alguns chamaram o texto de peça de ficção, pois estaria subestimando ou adiando despesas obrigatórias, como aposentadorias e abono salarial, para acomodar gastos com emendas parlamentares.

O mecanismo de despesas condicionadas à mudança no auxílio-doença é visto por esses técnicos como contabilidade criativa, já que dependem de medida ainda inexistente. O instrumento foi também asado no Orçamento de2020.

Na nova versão do Orçamento, foi feito um novo corte nos recursos para a realização do Censo. No ano passado, o governo previu R$ 2 bilhões para a pesquisa. No começo da semana, Bittar reduziu esse valor em R$ 1,7 bilhão. Agora, restam menos de R$ 100 milhões para o Censo.

O líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes, acenou com uma proposta para recompor os recursos do Censo, mas não houve acordo.

"Inviabilizar o Censo é declarar a falta de compromisso com o cidadão. Sem as informações do estudo, não dá para direcionar políticas públicas de forma efetiva", criticou o líder do Novo na Câmara, Vinícius Poit (SP).

"Exemplo disso é o próprio auxílio emergencial, que registrou pagamento indevido de R$ 54 bilhões para quem não precisava, em detrimento de gente carente que não tem nem o que comer."

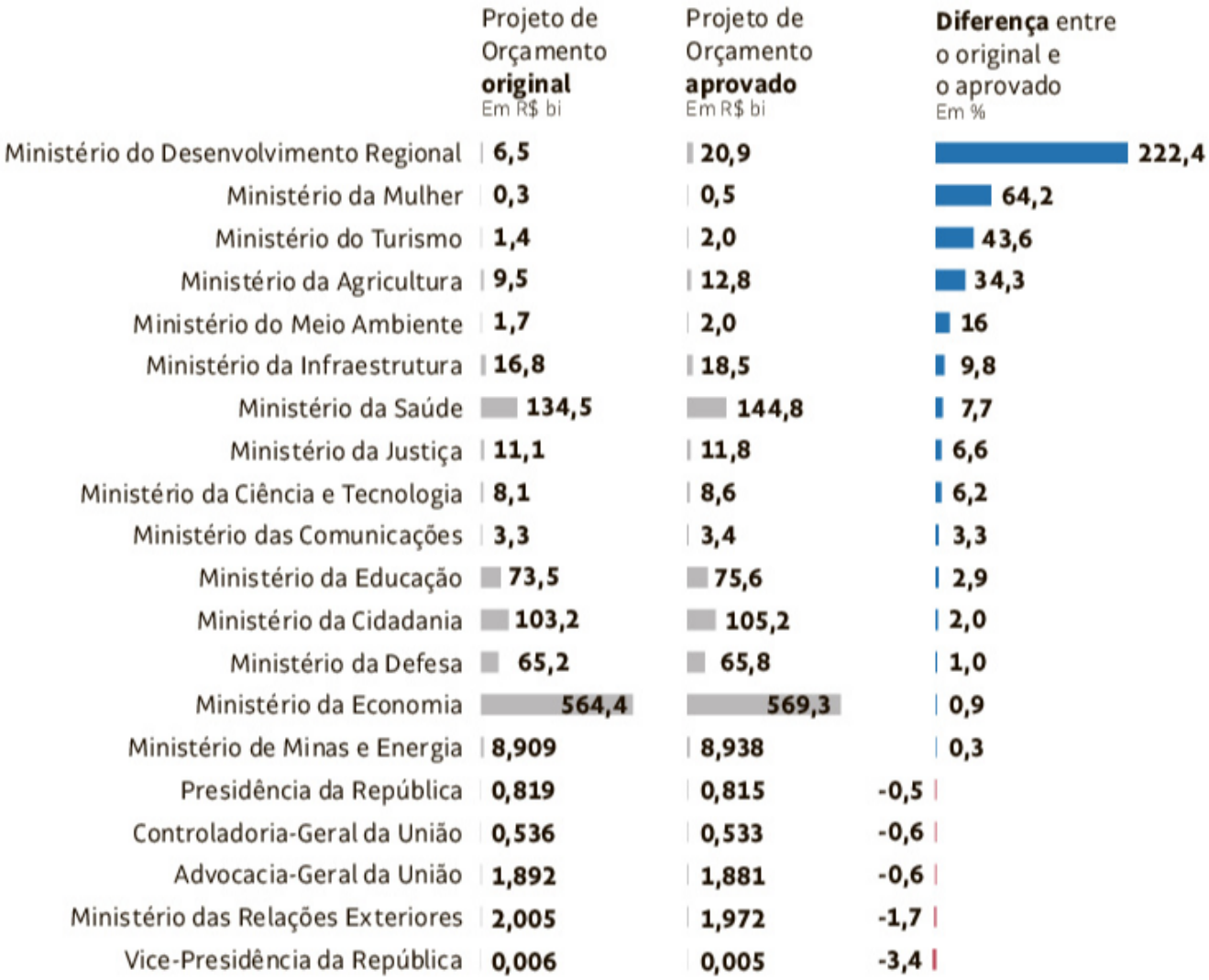
O relatório manteve o aumento para militares, alvo de críticas num momento em que servidores têm salários congelados. Os aumentos são parte de um acordo feito pelo governo para aprovar em 2019 uma espécie de reforma da Previdência das Forças Armadas.

Dentre os ministérios que não foram contemplados com emendas adicionais está o do Meio Ambiente. O deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP) qualificou o Orçamento como o pior dos últimos 20 anos.

"No Ministério do Meio Ambiente, o relator colocou R$200 milhões para que o [ministro Ricardo] Salles possa fazer política na área de lixo e saneamento, mas acabou com o orçamento de áreas protegidas e combate ao desmatamento."

***Site: http://edicaodigital.folha.uol.com.br/***

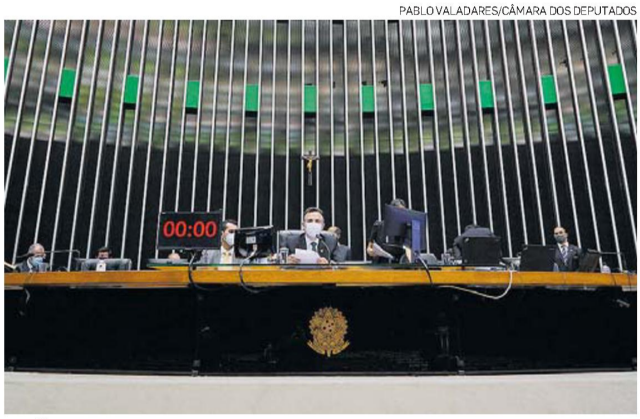
## Orçamento 2021




Fonte: Ploa 2021

# Orçamento "maquiado" deve levar a contingenciamento de R$ 30 bilhões

PABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS




**Ação.** Parlamentares ampliaram poder sobre o Orçamento

***Adriana Fernandes, Daniel Weterman, Idiana Tomazelli***

Sob o comando dos novos presidentes do Senado e da Câmara, a votação do Orçamento de 2021 garantiu um festival de R$ 48,8 bilhões em emendas para os parlamentares, mas vai obrigar um bloqueio nas despesas de pelo menos R$ 30 bilhões para garantir o cumprimento do teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**. O valor poderá ser ainda maior a depender da análise global que será feita depois que o projeto for sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro.

O número já circula na área técnica do Ministério da Econômica, que ficou ontem desnorteada e sem força de articulação para impedir as manobras de contabilidade criativa feitas pelo relator, Márcio Bittar (MDBAC), para garantir espaço no Orçamento e acomodar acordo feito pelo governo e lideranças do Congresso para ampliar as emendas (veja mais na pág. B4).

O clima entre os parlamentares do Centrão foi de festa.

Na última hora, os parlamentares alteraram o projeto para cancelar despesas planejadas inicialmente pelo governo e turbinar o volume de emendas.

Com isso, o Legislativo aumentou o volume de recursos que recebem a digital dos deputados e senadores e são destinados a redutos eleitorais, com pagamento obrigatório. O cenário pressiona o Executivo e pode provocar o rompimento do teto de gastos se não houver cortes ao longo do ano.

A votação, com atraso de quatro meses, ocorreu num momento de pressão das lideranças do Centrão sobre Bolsonaro por causa da letargia no combate à pandemia. O projeto foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) no início da tarde. Os parlamentares deram aval ao texto sem sequer discutir o tamanho das verbas para cada área federal. À noite, o texto foi aprovado em sessão do Congresso, primeiro pelos deputados e, em seguida, pelos senadores.

O relator do Orçamento de 2021, senador Márcio Bittar (MDB-AC), cancelou R$ 26,5 bilhões em despesas do governo.

O movimento aumenta os recursos para obras e projetos de interesse eleitoral, em meio à pandemia de covid-19. A tesourada maior foi feita nas despesas obrigatórias de **Previdência Social**, no valor de R$ 13,5 bilhões.

O relator defendeu a prerrogativa do Congresso de cortar as despesas com benefícios previdenciários, alegando que o Ministério da Economia foi procurado, mas não apontou de onde tirar dinheiro para turbinar as emendas. Na equipe econômica, o argumento é que não havia espaço para flexibilização.

Os acordos para ampliação das emendas, que vão ser direcionadas para obras, tiveram a batuta, sobretudo, do ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e da articulação política do Planalto.

O cenário agora que se avizinha para a gestão do Orçamento em 2021 é caótico e antevê pressão adicional por conta da piora da pandemia que vai exigir mais gastos. Um auxiliar do ministro da Economia, Paulo Guedes, resumiu a fotografia do dia: "horrível". Para aqueles que já lidam há anos com Orçamento, o clima foi de consternação no Ministério da Economia.

A avaliação é de que os líderes, com as manobras, resolveram os problemas deles e empurram o Orçamento de qualquer jeito como subterfúgio para não cumprir a regra cortando despesas obrigatórias sem a menor justificativa. Segundo apurou o Estadão, o Ministério da Economia terá que cortar rapidamente as despesas discricionárias (gastos não obrigatórios

que incluem os investimentos) para compensar o estrago feito no Orçamento.

Um dos principais alvos de críticas foi o orçamento destinado ao Ministério da Defesa. Conforme o Estadão/Broadcast revelou, o investimento para as Forças Armadas supera R$ 8 bilhões e representa um quinto (22%) do total, enquanto o do Ministério da Saúde ficou em R$ 2 bilhões. Só para aquisição de aeronaves de caça, é garantido R$ 1,6 bilhão. Para construção de submarinos, R$ 1,3 bilhão.

"Minha gente, nós estamos guerreando contra quem?

Eu pergunto a vocês: submarino e aviões de caça vão combater o coronavírus?" questionou o deputado Bira do Pindaré (PSBMA).

Os militares também são a única categoria que deve ser aumento salarial este ano.

***Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo***

# "Contabilidade criativa" marca votação

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO-3/3/2021

**Artifícios.** Relatório de Bittar foi criticado por técnicos

***Adriana Fernandes, Daniel Weterman, Idiana Tomazelli***

Em nome de arranjar espaço para mais emendas parlamentares, a "contabilidade criativa" voltou com força na votação do Orçamento deste ano.

O Estadão/Broadcast identificou até agora pelo menos cinco ações adotadas na proposta de Orçamento que apresentam indícios de manobras artificiais para fugir das restrições do teto de gastos, que limita o avanço das despesas à **inflação**. O objetivo dos parlamentares é garantir um total de R$ 48,8 bilhões para obras e outros gastos.

A primeira manobra prevê a mudança na forma de pagamento do auxílio-doença. Hoje, o benefício é pago pelo **INSS**, mas o relator do Orçamento, senador Marcio Bittar (MDB-AC), desenterrou uma proposta de repassar a responsabilidade às empresas, que recuperariam o valor abatendo sobre os **tributos** devidos. A medida abriria um espaço de ao menos R$ 4 bilhões no teto, mas o valor pode chegar a R$ 5 bilhões.

A proposta é apontada por técnicos como uma "pedalada" para burlar o teto, já que o Orçamento foi enviado com as despesas no limite, sem espaço para os congressistas remanejarem recursos para as ações que gostariam de apadrinhar.

Para evitar a pedalada, a recomendação técnica é que a mudança no pagamento do auxílio- doença seja acompanhada por um ajuste retroativo no próprio teto de gastos, para consertar a "quebra da cadeia". Na prática, isso implicaria retirar os gastos com o benefício do valor que serviu de base para o cálculo do teto em 2016 - quando a emenda constitucional que criou o limite foi aprovada. A despesa ficaria menor, e o teto também. Um movimento semelhante foi feito com o Fies, o programa de financiamento para alunos do ensino superior.

O atropelo na votação do projeto, aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) sem tempo para aprofundar o debate, fez com que os parlamentares aprovassem uma proposta de elevação das emendas com base em uma mudança ainda não aprovada no mecanismo do auxílio-doença.

Na prática, o espaço para essas despesas não existe até o momento. Polêmica, a alteração já foi tentada no passado pelo Congresso, mas tem oposição do grupo mais fiscalista do Ministério da Economia.

Previdência. Bittar também melhorou o resultado da Previdência com base em ações ainda não aprovadas e cálculos desconhecidos.

Ele cancelou R$ 13 bilhões em despesas que são obrigatórias.

Desse valor, R$ 5 bilhões seriam pagamentos de benefícios do **INSS** que, segundo ele, serão revertidos a partir de uma medida provisória com ações antifraude - MP que sequer foi editada e, portanto, não está em vigência.

A terceira manobra foi o corte de despesas com o pagamento de subsídios do Pronaf, voltado à agricultura familiar. Após a condenação das "pedaladas fiscais" no governo Dilma Rousseff, o entendimento firmado por Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União foi o de que é preciso ter orçamento integral para pagar as despesas de subsídios na hora de aprovação da operação de crédito.

Mesmo que o dinheiro destinado ao subsídio sobre ao final do ano, a aprovação do crédito depende da existência do orçamento para todo o ano, inclusive para bancar as despesas que ficam para períodos seguintes (os chamados restos a pagar). Por isso, o corte é visto com preocupação.

Outra manobra tem como base decisão do Conselho

Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) de adiar o calendário do abono salarial, benefício pago a trabalhadores com carteira que ganham até dois salários mínimos. A medida liberou R$ 7,4 bilhões dentro do Orçamento de 2021, valores que foram totalmente abocanhados pelos parlamentares na distribuição das emendas.

A mudança no abono foi feita por recomendação da CGU, que viu problemas na forma de empenho da despesa (metade em um ano, metade em outro), dado que o calendário de pagamentos vai de julho a junho. A CGU orientou o governo a empenhar tudo no ano do reconhecimento do direito do trabalhador, o que obrigaria a equipe econômica a destinar agora R$ 20 bilhões à próxima rodada do benefício - R$ 12,7 bilhões a mais que o previsto.

Por último, a revisão para baixo nos gastos com seguro-desemprego (R$ 2,6 bilhões) foi vista com desconfiança, sobretudo em um quadro de agravamento da pandemia e de piora da atividade econômica. A avaliação de técnicos é que a previsão desses gastos foi subestimada com base em informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que teve metodologia alterada e tem sido alvo de críticas que apontam subnotificação de demissões pelas empresas.

***Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo***

● **Alteração**

# R$ 13 bi

**é o valor de despesas obrigatórias com a Previdência canceladas no texto do Orçamento. Dessa quantia, R$ 5 bilhões são benefícios concedidos pelo INSS.**

# Relator remaneja R$ 26,5 bilhões de despesas do Orçamento

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Bittar: para relator, 'milhares de trabalhadores' teriam que cruzar os braços se não houvesse dinheiro para as obras

***Vandson Lima, Raphael Di Cunto, Ribamar Oliveira***

O Congresso Nacional encaminhou ontem a aprovação da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2021.

Até o fechamento desta edição, a proposta já havia recebido o aval da Câmara dos Deputados e tinha se iniciado a análise no Senado, com perspectiva de aprovação. O relator-geral, senador Márcio Bittar (MDB-AC), apresentou uma complementação de voto com remanejamento de despesas de R$ 26,5 bilhões.

Para isso, ele retirou recursos que estavam destinados a gastos com benefícios previdenciários (R$ 13,5 bilhões), abono salarial (R$ 7,4 bilhões) e para seguro-desemprego (R$ 2,6 bilhões) e abasteceu emendas voltadas à realização de obras por meios dos Ministérios do Desenvolvimento Regional (MDR) e da Infra estrutura.

As mudanças agradaram políticos que têm nestas obras uma vitrine eleitoral. O MDR, que na proposta original tinha apenas R$ 6,4 bilhões previstos alcançou quase R$ 21 bilhões em recursos (pouco mais de R$ 20,8 bilhões). Ganhou mais R$ 10,2 bilhões na complementação, além dos R$ 10,6 bilhões que já tinha obtido.

Os cortes, contudo, geraram polêmica por se tratarem de gastos obrigatórios. Relatório do Ministério da Economia de segunda-feira diz que as receitas da **Previdência Social** já estão subestimadas, na proposta enviada no ano passado, em R$ 8 bilhões. O relator disse que o combate a fraudes, a reforma da Previdência e uma medida provisória (MP) que mudará as regras do auxílio-doença reduzirão os gastos e ontem cortou mais R$ 13 bilhões.

Bittar defendeu as mudanças. "Milhões de trabalhadores esparramados pelo país iriam ter que cruzar os braços, se nós não déssemos um jeito de descobrir uma fonte para conseguir suplementar o Orçamento da Infraestrutura, do MDR. A peça aprovada é a que foi possível", justificou.

Para superar a obstrução feita pela oposição, o líder do governo, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), firmou um compromisso para que seja feita futuramente uma recomposição de recursos que foram retirados na proposta para universidades federais e para a realização do Censo Demográfico de 2021.

"O Censo permite justiça e isonomia. Para a vida econômica dos municípios, é fundamental. Temos um compromisso com a oposição de recomposição do orçamento do IBGE", disse Gomes. A reposição dos recursos seriam feitas com alterações em algum projeto de crédito enviado pelo governo. Márcio Bittar cortou R$ 1,76 bilhão dos recursos previstos para o Censo Demográfico de 2021. Dos R$ 2 bilhões anteriormente previstos, Bittar estabeleceu um gasto total de R$ 240 milhões. Os recursos cortados foram distribuídos para outras áreas. No caso das universidades, o corte foi de R$ 1,1 bilhão.

De acordo com levantamento feito pelo PT, a complementação de voto destinou R$ 8,5 bilhões para o Ministério da Saúde (grande parte deles, também em obras indicadas pelos parlamentares) e em R$ 2,3 bilhões para o Ministério da Agricultura (a própria ministra Tereza Cristina tinha pedido, contudo, que R$ 2,5 bilhões em subvenções fossem remanejadas).

Outros ministérios que receberam aporte adicional de verbas nesta quinta-feira foram o da Cidadania (R$ 1,3 bilhão), Infraestrutura (R$ 1,1 bilhão), Educação (R$ 1 bilhão), Defesa (R$ 515 milhões), Justiça e Segurança Pública (R$ 355 milhões), Economia (R$ 352 milhões), Turismo (R$ 272 milhões), Ciência (R$ 205 milhões) e Comunicações (R$ 39 milhões).

O emedebista disse que o Orçamento enviado pelo governo federal obrigaria que os ministros do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, teriam que escolher

que obras continuar e que obras parar e que o Ministério da Economia ficou de enviar uma solução ao Congresso, mas não fez isso. "E nós ficamos com a missão de decidir de onde tirar o recurso e obras tão importantes para o Brasil não sejam paralisadas", disse.

Para a deputada Sâmia Bonfim (Psol-SP), a mudança é "escandalosa". "Bolsonaro falou que não tiraria dinheiro do abono, dos pobres, para os paupérrimos. Agora está tirando do abono, dos pobres, para dar aos militares e para emendas parlamentares", afirmou.

O governo aprovou uma mudança no pagamento do abono salarial para que os pagamentos que ocorreriam no segundo semestre fiquem para 2022, o que liberou R$ 7,2 bilhões em gastos. Inicialmente, a ideia de parte da equipe econômica do Executivo era que esse dinheiro custeasse o programa de preservação dos empregos, mas os parlamentares usaram para obras.

Análise

Para burlar o teto, a moda agora é cortar despesa obrigatória

No passado, os deputados e senadores aumentavam a previsão das receitas da União para, com este artifício, ampliar suas emendas ao Orçamento. Isto foi feito durante décadas. Todo ano, no entanto, o governo contingenciava as emendas.

A alegação para o contingenciamento, nem sempre verdadeira, era que o aumento previsto da receita não havia se concretizado e que a liberação dos recursos poderia comprometer a meta fiscal. Na prática, a liberação das verbas das emendas era feita a conta gotas e utilizada como moeda de troca pelo governo, qualquer que fosse ele, para aprovação de suas proposições no Congresso Nacional.

Para sustentar a prática de revisão das receitas da União, os parlamentares se valiam do Artigo 166 da Constituição, que permite emendas ao projeto de lei orçamentária anual para corrigir "erros e omissões". Por razões insondáveis, os técnicos do governo sempre encaminhavam ao Congresso estimativas de receita abaixo do que seria realizado, avaliavam os parlamentares. Essa mania de esconder o real tamanho da receita era prontamente "corrigida" pelos deputados e senadores.

Tudo isso mudou com o teto de gastos da União, instituído pela Emenda Constitucional 95. Como o projeto cie lei orçamentária é elaborado pelo governo com as despesas no limite do teto, não adiantava aos parlamentares aumentar a receita. Qualquer aumento não dava margem para mais despesa. Apenas melhorava a meta fiscal. Então, de repente, os parlamentares passaram a achar que as estimativas de receitas do governo refletiam a realidade.

Desde a década de 1990, deputados e senadores defendiam o chamado Orçamento impositivo. Em 2015, o Congresso aprovou a emenda constitucional (EC) 86 que tornou obrigatória a execução das emendas individuais de deputados e senadores, até o limite de 1,2% da receita corrente líquida da União.

Não satisfeitos com isso, em 2019, os parlamentares aprovaram a EC 100, tornando obrigatória a execução também das emendas de bancada estadual. A mesma emenda determina que o governo tem obrigação de executar as programações orçamentárias, o que torna o Orçamento impositivo.

A participação dos parlamentares na destinação das verbas do Orçamento foi substancialmente ampliada quando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já por dois exercícios seguidos, deu às emendas de comissão e de relator-geral o mesmo tratamento obrigatório conferido às emendas individuais e de bancada estadual.

A ampliação das emendas esbarrava, no entanto, no teto de gastos. Deputados e senadores começaram a buscar saídas para a situação e encontraram duas, sendo uma delas muito perigosa. A primeira foi cancelar programações de investimento e custeio feitas pelo Executivo e substituí-las pelas suas. Com isso, no ano passado, eles controlaram a maior parte dos investimentos da União.

A segunda saída consiste em simplesmente reduzir as despesas obrigatórias programadas pelo Executivo. No ano passado, o relator-geral do Orçamento, deputado Domingos Neto (PSD-CE), diminuiu a despesa com pessoal com o argumento de que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 186 previa o corte na jornada de trabalho dos servidores, com a consequente redução dos salários. A medida não foi aprovada, mas ele usou os recursos para bancar emendas.

Neste ano, o relator-geral Márcio Bittar (MDB-CE) foi mais longe. Primeiro, ele subestimou as despesas com benefícios previdenciários e assistenciais, pois no cálculo das previsões utilizou um salário mínimo de R$ 1.067,00. Em seguida, ele cortou R$ 26,5 bilhões das despesas obrigatórias, sendo R$ 13,5 bilhões dos benefícios previdenciários. É assim que os parlamentares estão abrindo o espaço no teto, ou seja, burlando o teto para acomodar suas emendas. Não cabe ao Congresso estimar despesas obrigatórias. Este é um jogo perigoso que terá sérias

consequências.

***Site: https://valor.globo.com/impresso***

# Governo deve anunciar hoje antecipação do 13º de aposentados e pensionistas do INSS

O governo deve anunciar ainda hoje a antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social. Serão liberados R$ 50 bilhões em duas parcelas, em abril e maio, provavelmente. Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente Jair Bolsonaro, com a aprovação do Orçamento pelo Congresso, ontem, a antecipação do 13º está garantida.

Convidado para uma audiência pública no Congresso Nacional, Guedes admitiu ontem elevar o valor do auxílio emergencial, fixado entre R$ 150 e R$ 375, com média de R$ 250. Mas, segundo ele, é preciso haver contrapartidas. Entre elas, a venda de estatais e de ativos imobiliários da União. Na Comissão Temporária da Covid-19 do Senado, os parlamentares cobraram a elevação da assistência social do governo. Guedes rebateu: "Se aumentar sem fontes, traz de novo a hiperinflação de dois dígitos, com juros altos, e o resultado final é desemprego em massa, e o imposto mais cruel para o pobre, que é a **inflação**", disse.

Em seguida, Guedes ressaltou que o atual governo descobriu que a forma mais fácil de aquecer a economia é dar dinheiro direto aos pobres. "No entanto, os governos anteriores preferiram manter R$ 1 trilhão em ativos imobiliários e em estatais. O Estado aparelhou a máquina para as corporações, sindicatos e grupos políticos que se elegem, em vez de dar dinheiro direto para o pobre. Agora temos que ir buscar esse dinheiro. Estatais dependentes estão dando prejuízo há décadas, em vez de aumentar o Bolsa Família", afirmou.

Guedes lamentou que a ideia do Renda Brasil não tenha avançado e comentou que um fundo para robustecer programas sociais e ajudar no combate à dívida pública poderia ser constituído, como um mecanismo que poderia ser dividido igualmente, em três partes, para pagamentos à camada mais pobre da população, para investimentos em infraestrutura e no abatimento de dívidas. Uma quarta parte ainda poderia existir para possibilitar também a renegociação de dívidas dos Estados, com redução.

Indagado pelos senadores sobre quando o governo vai reeditar todas as medidas adotadas em 2020 para mitigar os efeitos econômicos da pandemia de covid-19, Guedes pontuou diversas ações encaminhadas. "O diferimento de **impostos** significa que não retiraremos do mercado R$ 27 bilhões. O Pronampe está engatilhado. É um programa de sucesso, desenhado junto com o Senado e copiado em muitos países. Da mesma forma o BEm, com o qual protegemos 11 milhões de empregos, um terço da população empregada no mercado formal", reiterou.

"Vamos disparar as medidas em sequência", afirmou o ministro. "Os senhores parlamentares aprovaram a PEC Emergencial, que permite o novo auxílio emergencial. O nosso protocolo era disparar as camadas de proteção. Se saíssemos aprovando medidas, corríamos o risco de uma desorganização da economia. São crises gêmeas, economia e saúde andam juntas. Temos que atacar os dois problemas juntos. Por isso, é preciso acelerar a vacinação", ressaltou.

Durante a reunião, congressistas manifestaram preocupação com a retomada da economia. O senador Wellington Fagundes (PL-MT) pediu apoio do governo à situação tributária de pequenos negócios. "As medidas de isolamento social, incluindo o lockdown, são necessárias nesse momento de pandemia descontrolada. O problema é que isso gera uma série de problemas para as microempresas e empresas de pequeno porte. Essas empresas são obrigadas a fechar as portas durante esse período de isolamento, o que reduz suas receitas de forma abrupta e pode muitas vezes levá-las à falência, aumentando ainda mais o desemprego no país", observou o senador.

Em resposta ao apelo de Wellington Fagundes, Paulo Guedes mencionou a prorrogação do pagamento do Simples Nacional, anunciada na terça-feira.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF), por sua vez, sugeriu tratamento diferenciado para hotéis e empresas do setor de turismo em relação a pagamento de financiamentos. "Não dá para pagar multa de obrigações acessórias no momento de uma pandemia como essa. Então, tem que verificar", disse o senador. Guedes concordou com o pleito e afirmou que vai estender a rolagem de dívidas e procurar a **Receita Federal** para rever multas. ( Com Agência Senado )

Dez milhões de doses para mudar vacinação

O posto Ipiranga aderiu à proposta dos empresários Luciano Hang, dono da varejista Havan, e Carlos Wizard, da holding Sforza de doar 10 milhões de doses da vacina contra a covid-19 para o SUS. Os empresários reivindicam, em contrapartida, a autorização de comprar imunizantes para aplicar em seus funcionários, sem seguir a ordem de repassar todas as doses ao Plano Nacional de Imunização (PNI). Para isso, seria necessário flexibilizar a legislação sobre o enfrentamento da covid-19. Graças à ação do ministro da Economia, Havan e Wizard têm encontro marcado hoje com o novo titular da Saúde, Marcelo Queiroga. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), se posicionou contra a possibilidade de empresas anteciparem a imunização de seus funcionários.

***Site:***
***http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/03/4914201-governo-deve-anunciar-hoje-antecipacao-do-13-de-aposentados-e-pensionistas-do-inss.html***

# Servidores indiciados por desvio de vacina - BUSSOLA

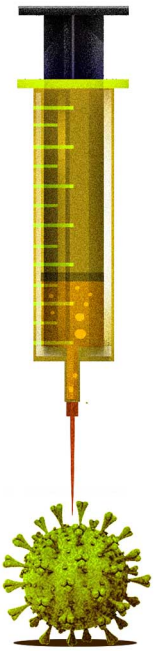
***BUSSOLA***

COVID-19

Três **servidores públicos** suspeitos de "furar-fila" da vacinação contra a Covid -19 em Santa Rita do Novo Destino foram indiciados pela Polícia Civil. Os funcionários responsáveis pela vacinação na cidade teriam desviado quatro doses para pessoas que estão fora do grupo prioritário.

***Site: https://www.opopular.com.br/digital/26-marco-2021/1o-caderno***

# Tráfico de doses: quando uma xepa da vacina vale ouro - EIXO CAPITAL



***ANA MARIA CAMPOS***

O promotor de Justiça Clayton Germano, da 2ª Promotoria de Defesa da Saúde, enviou recomendação à Secretaria de Saúde do DF para que estabeleça critérios rígidos para o controle, o uso e a aplicação das sobras de doses das vacinas do novo coronavírus. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) recebeu uma denúncia de que postos de vacinação estariam desviando as doses que sobram quando é encerrado o turno de aplicação dos imunizantes. O problema é que, quando um frasco é aberto, o prazo de validade começa a contar. São até 8 horas para o vencimento da vacina. A denúncia - que chegou a ser filmada - é de irregularidades em um posto do Lago Norte. Havia várias sobras com a

suposta abertura intencional de frascos para que os restos, com total capacidade de imunização, ficassem sem utilização. Essas xepas eram direcionadas para imunizar pessoas escolhidas, inclusive policiais militares. O promotor Clayton Germano recomendou que essas doses sejam destinadas aos grupos incluídos na fila de prioridades definida no Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19. Num momento em que uma dose vale ouro, cada detalhe precisa ser observado.

Câmara aprova projeto que obriga crachá para profissionais de saúde vacinados

A Câmara Legislativa aprovou em dois turnos um tema para lá de polêmico. De autoria da deputada Jaqueline Silva (PTB), o projeto de lei separa os profissionais de saúde imunizados dos que ainda não puderam ou não quiseram receber as doses do imunizante contra o novo coronavírus. Quem não conseguiu ainda tomar a vacina terá prioridade. Médicos, enfermeiros e demais atendentes em hospitais, clínicas e laboratórios deverão usar crachá com a informação sobre ter sido ou não vacinado contra covid-19 e a data em que recebeu as doses. Além disso, os hospitais da rede pública e privada deverão divulgar em lista de fácil acesso ao público e em seu site a relação de todos os profissionais que foram imunizados e os que ainda não foram. "A divulgação dos que estão vacinados, de fácil acesso ao público, inclusive no crachá dos profissionais, facilita a fiscalização dos órgãos de controle e da população ao todo", justifica Jaqueline.

Debatedores

O ex-governador Rodrigo Rollemberg (PSB) se solidarizou com o adversário da última campanha Alberto Fraga (DEM), que está internado no Santa Helena com covid-19. Rollemberg telefonou para saber notícias - também da esposa de Fraga, Mirta - e disse: "Quero participar de muitos debates com você". Do outro lado da linha, Fraga agradeceu.

Agradecimento a adversário

Nem só de trombadas se faz um embate político. O governador Ibaneis Rocha (MDB) fez um agradecimento ontem ao senador Izalci Lucas (PSDB-DF) na inauguração da escola fundamental da Vila Planalto. O senador destinou parte das emendas parlamentares dele para a obra. Izalci foi, inclusive, convidado para o ato, mas não foi. Mandou representante.

Parceria entre a Embaixada da paz e o STJ

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, assinou ontem acordo de cooperação técnica com a Embaixada da Paz para o desenvolvimento conjunto de iniciativas voltadas para a promoção da cidadania e dos direitos humanos. Fundada e presidida pela atriz e escritora Maria Paula Fidalgo, a Embaixada da Paz é uma associação civil sem fins lucrativos dedicada à difusão da cultura da paz por meio de projetos sociais nos centros urbanos. O acordo prevê a implementação de ações relacionadas às temáticas de gênero, igualdade racial, acessibilidade e inclusão, combate à discriminação e sustentabilidade. A parceria terá a duração de 60 meses. A presidente da Embaixada da Paz, Maria Paula, destacou a importância de iniciativas de assistência social em meio aos impactos socioeconômicos trazidos pela pandemia da covid-19. "É muita gente desempregada e passando por dificuldades. Precisamos fortalecer essas redes de apoio para enfrentar os enormes desafios **impostos** pela pandemia de uma forma serena, equilibrada e inteligente", afirmou a atriz.

À QUEIMA-ROUPA

Robson CândidoDiretor-geral da Polícia Civil do DF "Até o final de abril, nós da força de segurança estaremos todos vacinados" Quando começa a vacinação dos policiais civis?Conforme anunciado pelo governador, a próxima prioridade são as forças de segurança e outra faixa de idade. Mas acreditamos que, com as próximas vacinas, mais tardar na próxima semana, estaremos iniciando a vacinação das forças de segurança: Polícia Civil, PM, bombeiro, o Detran, que está fazendo um trabalho exemplar, e o próprio DF Legal, os fiscais que estão também nas ruas. Tem também a Polícia Penal. Acredito que todos estaremos nessa prioridade. Representa quantas pessoas?Estamos calculando 17 mil pessoas. São 34 mil doses. O governador Ibaneis Rocha, inaugurando uma escola, disse ontem que a próxima prioridade são os professores. Eles serão imunizados junto com os servidores da segurança?Pode ser que o governador decida assim. Nós vamos vacinar aos poucos. Na Policlínica da Polícia Civil, temos capacidade de vacinar de 800 a mil pessoas por dia, dependendo da nossa logística. A PM tem cerca de 9 mil homens. Então acredito que a gente consiga dividir as prioridades e vacinar todo mundo, num período curto.

Como vai ser a ordem? Tem alguma prioridade?Estamos fazendo um cronograma para vacinar primeiro quem está na linha de frente, nos plantões, os servidores do IML que atendem muitas pessoas. Em seguida, vamos para as comorbidades e pela idade. Temos o Dr. Domith (de Paulo), diretor da Divisão de Transporte, nosso mais antigo servidor na ativa, que tem 70 anos. A nossa tropa é mediana. Imaginamos passar de 70 até 50 a 40 anos. Mas o servidor pode ter 25 anos, se estiver na linha de frente,

terá prioridade. Os policiais que estão no balcão recebem várias pessoas, sem escolha. Você acha que até o fim de abril todos os policiais civis estarão vacinados?Com certeza. Até o final de abril, nós da força de segurança estaremos todos vacinados. Depende, também, de chegarem as vacinas no DF. Tivemos uma reunião com ele ontem (quarta-feira), com os sindicatos, e o governador anunciou que estaremos na lista de prioridades.

E os aposentados?Estamos priorizando os policiais na ativa. Eles já estão sendo vacinados dentro do critério da idade. Os mais antigos já estão entrando nessa lista. A prioridade da vacina é para as forças de segurança da atividade-fim, que estão na ativa.

Como a pandemia atingiu a Polícia Civil?Tivemos mais de 600 casos, correspondente a 15% do nosso efetivo. Perdemos três policiais.

E você, como ficou?Estou totalmente recuperado. Estou trabalhando. Não parei nem um dia desde o início da pandemia. Só parei quando fiquei doente, quando estive internado, até me recuperar.

# Encontro do Mercosul ocorre sob temor do avanço da pandemia

***Sylvia Colombo, Eduardo Cucolo***

A reunião do Mercosul nesta sexta-feira (25) será marcada, de diferentes maneiras, pelos efeitos da pandemia, tanto no evento como na economia dos países-membros.

O encontro, que comemora os 30 anos do bloco, será virtual, apesar de inicialmente ter sido planejado para ser presencial, e também viabilizar uma primeira reunião bilateral entre os presidentes Jair Bolsonaro e Alberto Fernández, anfitrião do evento.

A Argentina exerce a presidência pro-tempore do bloco.

Qualquer comemoração se tornou inviável, no entanto, com a deterioração do cenário sanitário. A reunião acaba ocorrendo no momento em que os países-membros estão tomando novas medidas de restrição para conter a segunda onda do coronavírus, considerada mais complicada pelo surgimento de novas variantes, especialmente daquelas surgidas no Brasil

O Paraguai, cujo colapso sanitário e a ocupação total dos leitos de UTI foram anunciados no sábado (20), divulgará novas medidas relacionadas à mobilidade dos cidadãos, como fechamento de comércios e escolas e maior controle do trânsito na fronteira.

O Uruguai também restringiu atividades, interrompeu as aulas e está priorizando a vacinação na região de fronteira com o Brasil, onde há focos de casos.

A Argentina, por sua vez, prepara um pacote de redução drástica de voos internacionais, com foco nas rotas que ligam o país ao Brasil.

Nesse ambiente pouco comemorativo, porém, alguns temas devem avançar, como a discussão sobre o estatuto de cidadania do Mercosul, ampliando direitos dos habitantes do bloco nos demais países.

Também a situação da Bolívia, que ainda não é membro pleno do bloco, será debatida. O país pleiteia ser um membro integral há sete anos, mas o processo tem sido lento e precisa ser aprovado pelos Congressos dos demais países.

A Argentina deseja acelerar a entrada de seu aliado regional, que também seria uma forma de reforçar o setor mais à esquerda do bloco, uma vez que os demais países são governados pela centro-direita e pela direita.

A questão da Venezuela deve dividir posições entre os países, já que a Argentina, na quarta (24) decidiu sair do Grupo de Lima, o que sinaliza uma suavização ainda maior de sua relação com o regime de Nicolás Maduro e pode causar algum desgaste em seu vínculo bilateral com os EUA.

Também estarão em discussão a redução das TEC (tarifa externa comum) e a flexibilização das regras para possibilitar acordos comerciais com países por fora do bloco.

Bloco chega aos 30 anos com discussões sobre flexibilização

O Mercosul (Mercado Comum do Sul) completa 30 anos nesta sexta (26) sem ainda ter se tomado de fato um mercado comum, como previa o tratado assinado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai no início do governo de Fernando Collor (1990-1992).

Também não conseguiu promover a integração de políticas econômicas previstas no Tratado de Assunção de 1991, o que se torna cada vez mais difícil ante as recorrentes crises financeiras de se as membros e às diferenças de visão nessa área dos presidentes que governaram cada uma dessas nações.

O saldo, no entanto, é positivo em termos de integração internacional dos países do bloco, na visão de especialistas que atuam na área ou participaram das negociações ao longo dessas décadas.

Há ainda as questões ligadas diretamente à vida dos cidadãos desses países, que possuem regras especiais de circulação, residência, reconhecimento de diplomas e benefícios sociais.

Rubens Barbosa, que comandou por parte do Brasil a implementação do bloco, afirma ainda que o Mercosul represento u uma virada na visão do empresariado brasileiro em relação à importância de envolver o setor privado nas negociações comerciais.

"O Mercosul também criou um mercado importante para os produtos industrializados brasileiros. Se não tivesse Mercosul, o Brasil não venderia automóveis nem para a Argentina, porque o custo Brasil impede a negociação com o resto do mundo", afirma Barbosa, que também é presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp.

Para a economista Sandra Rios, diretora do Cindes (Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento), seria inimaginável o Brasil não ter um acordo de livre-comércio com seus vizinhos, mas o modelo deveria ser revisto. Uma das propostas é liberar os países da obrigação de ser uma união **aduaneira** com uma TEC e ter de negociar necessariamente acordos fora do bloco em conjunto.

"O Mercosul chega aos 30 anos demandando reformas. Se não houver uma certa flexibilização, que permita aos países adotarem políticas comerciais de sua preferência, o bloco vai possivelmente continuara perder relevância", afirma.

***Site: http://edicaodigital.folha.uol.com.br/***

## Os 30 anos do Mercosul

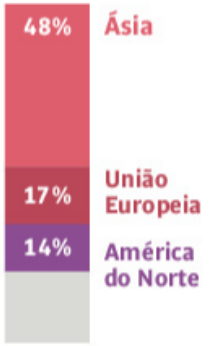
**Estados parte** Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela*

**Estados Associados** Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Bolívia

### Dados gerais

**Principais produtos exportados** Soja, petróleo, ferro e milho

**Principais destinos**




**Estados parte representam**

**72%** do território da América do Sul (três vezes a União Europeia)

**76%** do PIB da América do Sul (quinta maior economia do mundo)

**1991** Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai assinam o Tratado de Assunção e fundam o Mercosul

**1994** Protocolo de Ouro Preto, que estabelece a estrutura e confere ao bloco personalidade jurídica

**1995** Mercosul passa a funcionar como união aduaneira, com uma TEC (Tarifa Externa Comum)

**1998** Protocolo de Ushuaia (compromisso democrático do bloco)

**1998** Acordo de cooperação com Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela)

**2002** Protocolo sobre soluções de controvérsias

**2004** Acordo preferencial de comércio com a Índia

**2005** Criação do Parlamento do Mercosul (Parlasul)

**2006** Protocolo de adesão da Venezuela

**2008** Acordo preferencial de comércio com a União Aduaneira da África do Sul

**2015** Protocolo de adesão da Bolívia (ainda pendente de aprovação pelos Legislativos locais)

**2016** Suspensão da Venezuela

**2017** Acordos sobre investimentos e compras públicas (ainda pendente)

**2019** Acordo de Associação Estratégica com a União Europeia

**2019** Conclui negociações de livre comércio com o bloco EFTA (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça)

*Suspensa desde 2016 por descumprimento do Protocolo de Adesão e desde 2017 por

# SP leva leito a faculdade e cria usinas de oxigênio

MIGUEL SCHINCARIOL / AFP

***Priscila Mengue / COLABOROU JOSÉ MARIA TOMAZELA***

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), anunciou ontem a ampliação de leitos de enfermaria e UTI na cidade a partir do próximo mês.

Serão instalados em uma universidade, em um centro de capacitação e eventos privado e no anexo de um hospital municipal. Outra medida divulgada é a compra de 19 miniusinas de produção de oxigênio medicinal, com entrega também em abril, em hospitais e UPAs, como medida para evitar problemas de desabastecimento para o tratamento de pacientes da covid.

As 19 miniusinas de produção de oxigênio anunciadas terão um custo total de R$ 9,5 milhões e continuarão em funcionamento depois da pandemia.

Segundo o secretário municipal da Saúde, Edson Aparecido, esses equipamentos garantirão o abastecimento de 596 leitos de enfermaria e 211 de UTI em hospitais municipais, UPAs e hospitais dia.

A capacidade de produção é equivalente a 900 cilindros diários, com previsão de economia mensal na compra de cilindros de R$ 250 mil e retorno do investimento em três anos. Como mostrou o Estadão, a escassez de oxigênio gasoso no mercado e o alto custo para instalação de tanques criogênicos têm levado prefeituras a optar pelas miniusinas para evitar o desabastecimento do insumo.

A primeira miniusina será entregue na terça-feira, no Hospital Municipal Capela do Socorro, na zona sul, enquanto outras seis estão previstas até 15 de abril e, as demais, para o fim do próximo mês. Os espaços em que serão instaladas são: Hospitais Municipais Sorocabana e Capela do Socorro (2 unidades), UPA Jabaquara e Hospitais Dia Tito Lopes, Flávio Gianotti, M"Boi Mirim 1 e 2, Itaim Paulista, São Mateus - Tietê 2, São Miguel, Brasilândia, Butantã, Lapa, Mooca, Penha, Vila Prudente, Campo Limpo e Cidade Ademar.

Também foi anunciada a ampliação de vagas de internação, com 60 leitos de UTI e 180 de enfermaria, exclusivos para pacientes da covid-19, além de 55 para hospitalizações de outra natureza, todos parcialmente apoiados pela iniciativa privada.

Do total, 20 vagas de UTI e 180 de enfermaria serão instaladas em um dos pavimentos da unidade Vergueiro da Universidade Uninove, no centro expandido, com abertura em 5 de abril. Outra parte estará na Universidade Corporativa Comendadeira Helena Lundfren (UCCHL), das Lojas Pernambucanas, na Estrada do Campo Limpo, na zona sul, com 55 leitos de não covid, entregues a partir do início de abril, com conclusão em 30 dias. "Esses leitos não covid são muito importantes para que a gente possa desafogar outros hospitais nossos", destacou Aparecido.

Por fim, as outras 40 vagas de UTI estarão em uma construção modular e de uso permanente que está em obras ao lado do Hospital Municipal Vila Santa Catarina, no Jabaquara, zona sul. Nesse caso, o apoio é das empresas Gerdau, Banco BTG, Suzano e Península, com entrega para o fim de abril.

Feriadão. Os anúncios ocorreram na véspera do feriadão antecipado, que começará hoje e emendará com a Páscoa. O prefeito fez novamente um apelo para que a população não faça viagens na data e permaneça em distanciamento social.

"Não é um período para festejar, viajar, aglomerar, muito pelo contrário", disse. "É (uma) necessária parada para que diminua o ritmo de contágio na cidade." O balanço de anteontem da capital aponta

694.686 casos e 20.636 óbitos pelo novo coronavírus confirmados. Na rede municipal, a taxa de ocupação é de 90% em UTI e de 80% em leitos de enfermaria, totalizando 2.215 internados, dos quais 1.217 em terapia intensiva.

Ao menos 60 cidades do interior e litoral de São Paulo decidiram instalar barreiras sanitárias para inibir a entrada de turistas e visitantes, durante os feriados antecipados na capital e na região do ABC paulista - que adotou estratégia semelhante, com nove dias de recesso. Os agentes não podem impedir a passagem dos veículos, mas convidam o motorista a preencher questionários, medir a temperatura e, em alguns casos, tentam convencer o visitante a retornar para sua cidade.

Na região metropolitana de Campinas, por exemplo, os 20 municípios iniciam a abordagem aos motoristas nesta sexta e seguem com barreiras até 4 de abril. Toda a Baixada Santista e o litoral norte paulista também adotaram a mesma medida para conter o turismo.

-

Capital passa a ter enterros noturnos em 4 cemitérios

O Serviço Funerário de São Paulo ampliou o horário de funcionamento de 4 cemitérios públicos - Vila Formosa, na zona leste (foto); São Luiz, zona sul; Vila Nova Cachoeirinha, zona norte; e São Pedro, zona leste. Essas unidades funcionam até as 22h desde ontem e os demais cemitérios mantêm o horário normal, das 7h às 18h.

l Em casa no feriadão

"Não é um período para festejar, viajar, aglomerar, muito pelo contrário. É (uma) necessária parada para que diminua o ritmo de contágio na cidade." Bruno Covas (PSDB) PREFEITO DE SÃO PAULO. A CAPITAL TEM 694.686 CASOS E 20.636 ÓBITOS PELO NOVO CORONAVÍRUS CONFIRMADOS

PARA ENTENDER

Pagamento em dobro

1. Quais feriados serão antecipados na capital paulista?

Serão antecipados os feriados de Corpus Christi de 2021 e 2022, da Consciência Negra de 2021 e 2022, além do aniversário da cidade de 2022 para os dias 26, 29, 30 e 31 de março e 1.° de abril de 2021.

2. As empresas são obrigadas a dar o feriado antecipado aos empregados?

Com fundamento no estado de calamidade pública e vendo o isolamento social como única saída possível e imediata para tentar conter a pandemia, entende-se que o poder discricionário da empresa não poderia se sobrepor a fundamentos tão relevantes e urgentes. "Contudo, deve-se ter em mente que não é proibido trabalhar em feriado. Assim, cada empresa deverá definir se é mais conveniente a ela parar agora ou compensar os empregados mais à frente. Mas o empregador que exigir trabalho nessas datas deverá pagar em dobro a remuneração deste dia, caso não exista a possibilidade de compensação em outra data", diz Karolen Gualda Beber, coordenadora trabalhista do escritório Natal Manssur Advogados.

3. E os bancos?

Atentos às medidas de prevenção, os bancos darão prioridade ao atendimento por canais digitais nas localidades em que houver a antecipação de feriados ou com restrições mais rigorosas de isolamento social. É importante lembrar que todas as datas de vencimento de contas, boletos e **tributos** estão mantidas.

***Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo***

# Covid-19, uma guerra sem fim - CLAUDIA SAFATLE

***CLAUDIA SAFATLE***

"Essa pode ser uma guerra disse o ministro da Economia, Paulo Guedes ontem, durante debate na Comissão Temporária da Covid-19 do Senado. Uma aparente frase solta no ar tem hoje mais fundamento do que parece. Os especialistas da área avaliam que a vacinação contra a covid-19 terá que ser anual e que esse tende a ser o maior gasto do governo com medicamentos, contra a doença e suas mutações. O setor de saúde passará a ser estratégico no mundo. "Temos que nos preparar para uma batalha de fôlego longo", disse um especialista da área.

Nesse contexto, o Brasil deveria ser um dos grandes players globais, abrindo a produção de vacinas para o setor privado. Hoje, 99% das vacinas é do Ministério da Saúde. Pelos menos dois laboratórios, além das instituições públicas Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e o Instituto Butantan, tentaram entrar, mas suspeita-se que faltou apoio do governo federal. São eles a Funed, de Minas Gerais, que começou uma conversa com a chinesa Sinofarma, que não prosperou; e o laboratório Tecpar, do Paraná, que teve contato com a produção da Sputnik V, russa, mas também não chegou a um termo. A União Química, no Distrito Federal, é, atualmente, a única empresa privada que está produzindo vacina (Sputnik V).

É bastante provável que as autoridades do Ministério da Saúde tenham privilegiado a produção da vacina pela Fiocruz porque o preço é muito mais atraente do que o das demais. Cada dose da AstraZeneca custa em torno de R$ 10,00, enquanto as demais rondam a casa dos R$ 50,00, sendo que a Coronavac, do Butantan, custa R$ 58,00 a dose. A vacina mais cara, porém, é a que não existe.

Guedes admite que pode ter sido uma grande "ilusão" acreditar, no fim do ano passado, que a guerra contra a pandemia estava ganha. "Não foi má-fé", sublinhou ele. Veio a nova cepa, e a saída, agora, "é a vacinação em massa, aceleradamente. Temos que buscar vacina onde tiver", disse o ministro. Ele adiantou que poderá isentar de **impostos** as vacinas importadas pelo setor privado. Nas contas dele, se o governo conseguir vacinar 1 milhão de pessoas por dia, em 60 dias o país poderá vislumbrar "um novo horizonte".

Nesse aspecto, ele está totalmente de acordo com a carta dos economistas e banqueiros, divulgada no domingo como um grito de alerta pelo agravamento da pandemia, que já contabiliza mais de 300 mil mortos em um ano. "Acelerar a vacinação, estou de acordo. Usar máscaras, eu uso sempre. Distanciamento social? Estou há um ano sem ir ao Rio de Janeiro, onde moro! Ação coordenada? Propus a criação do Conselho da República, com a participação dos três Poderes, em 2019". A carta tinha como alvo o chefe cio governo que, esta semana, virou a chave, e tornou-se defensor intransigente da vacinação, junto com um "tratamento precoce", do qual Jair Bolsonaro ainda não desistiu, mesmo não tendo qualquer comprovação de que funciona.

Da parte do Ministério da Economia, "já temos todo o protocolo para ser disparado em sequência nessa nova onda", salientou Guedes. Aprovado o Orçamento da União para este ano, o governo vai antecipar os pagamentos de benefícios aos aposentados e pensionistas, em um valor total de R$ 50 bilhões. Mais R$ 27 bilhões de diferimento do pagamento do Simples e outros R$ 44 bilhões de auxilio emergencial. São dezenas de bilhões que o setor público deixa de tirar do setor privado e que deve servir para manter os sinais vitais da economia funcionando. Soma-se a isso a reedição de programas de financiamento às empresas como o Pronampe, destinado às pequenas e médias companhias, e o Benefício Emergencial para Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), que são medidas já praticamente prontas para serem editadas.

O ministro apresentou, também, uma proposta que não é nova mas que está com mais detalhes. Ele disse que gostaria de pegar um patrimônio estatal estimado em R$ 1,3 trilhão que se diz que é do povo brasileiro e entregar uma parte dos dividendos que esse patrimônio gera para os mais pobres. O formato seria mediante a criação de um Fundo Brasil, que receberia, também, uma parcela das receitas das privatizações de empresas públicas. Esses recursos seriam divididos em quatro partes: uma iria para o Renda Brasil, programa de renda mínima que foi discutido no ano passado, mas que Bolsonaro engavetou por tempo indeterminado; outra parte seria destinada ao abatimento da dívida pública; uma terceira parcela iria para renegociar a dívida dos Estados. O diferencial desse Fundo, porém, seria o de também pagar dividendos para os mais pobres. "Imagina uma pessoa que recebe R$ 250 por mês no fim do ano receber

uma bolada de R$40 mil!", disse ele, a título de dividendos pagos pelo conjunto dos ativos estatais. Este seria, sem dúvida, um melhor uso dos recursos públicos do que hoje, quando as empresas estatais são tomadas pela classe política para atender aos seus anseios eleitorais, quando não meramente financeiros.

O fato é que a demanda por vacinas no mundo, hoje, é muito superior à oferta. A cadeia de produção é complexa, pois os que produzem vacinas também produzem os demais equipamentos, oxigênio, respiradores e etc. Diante disso, há o sério temor de que não haja mais as condições objetivas para cumprir o cronograma de vacinação que o governo, agora, gostaria de implementar. Por enquanto, o cronograma é mais uma torcida do governo do que uma segurança.

Claudia Safatle é jornalista da equipe de criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mailclaudia.safatle@valor.com.br

***Site: https://valor.globo.com/impresso***

# Privatização pode ajudar programa social, diz ministro

DIVULGAÇÃO

Paulo Guedes, ministro da Economia: "Não podemos ficar sentados em cima de ativos que estão apodrecendo"

***Lu Aiko Otta e Renan Truffi***

As privatizações podem ajudar a reforçar programas de assistência social e reduzir a dívida pública, disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião da Comissão Temporária da Covid-19, do Senado, ao falar sobre a proposta de criação do Fundo Brasil. Seria formado com recursos das vendas de ativos da União e com dividendos de estatais que não serão vendidas.

"Imaginem alguém que estão recebendo aí R$ 200, R$ 300 de Bolsa Família e no fim do ano, de repente, recebe R$ 40 mil", disse aos senadores. Seriam recursos de dividendos do Banco do Brasil e do BNDES, além da venda de duas ou três grandes estatais, exemplificou o ministro. "Isso aí é um salto patrimonial para um povo simples que jamais sonhou com isso." Para ele, será uma "chuveirada de dinheiro" nos mais pobres, "igual aos mais ricos", que recebem dividendos no fim do ano e não pagam **impostos**. O governo pretende tributar dividendos, acrescentou.

"Não podemos ficar sentados em cima de ativos que estão apodrecendo", afirmou. Ele citou que os ativos imóveis da União somam R$ 1,3 trilhão, e as participações em estatais, mais R$ 1 trilhão. "Se ele [o Estado brasileiro] desse o dinheiro para o pobre, a miséria já tinha acabado."

As dívidas de Estados e municípios com a União aumentaram muito devido aos juros elevados de alguns anos atrás. No setor privado, segundo o ministro, dívidas nessa situação seriam renegociadas. Assim, pode ser dado um desconto, se o ente subnacional ajustar suas finanças. Pode ser mais interessante ao governo federal do que a alternativa atualmente em uso, que é conceder aval do Tesouro para novos empréstimos contraídos por governadores e prefeitos.

O ministro disse aos senadores que enviará ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar regulando o Fundo Brasil. Alguns artigos tratariam da destinação de recursos do fundo para abater a dívida.

De acordo com Guedes, as contas públicas voltarão a gerar superávit primário. "Só que isso leva tempo, e nós temos que começar a reduzir a dívida/**PIB** já", afirmou. Daí a importância de vender ativos rapidamente e reduzir essa relação.

O ministro da Economia falou do Renda Brasil ao responder à senadora Zenaide Maia (Pros-RN), que o criticou por haver acabado com o auxílio emergencial de R$ 600 e atacou também as privatizações.

"Eu também estou indignado com esse valor", disse ele, referindo-se aos R$ 200 do Bolsa Família. "Eu quero fazer uma denúncia pública de como ficou baixo por tantos anos esse valor."

Acrescentou que foi necessário haver uma pandemia para deixar claro que a melhor forma de combater a pobreza é dando dinheiro diretamente aos mais pobres. Não utilizar intermediários, que são, segundo Guedes, "toda essa aparelhagem política, os sindicatos". Ele pediu para que o Congresso trabalhe com o governo para aumentar o valor dos programas de renda.

O ministro afirmou que, diante do recrudescimento da pandemia, que chamou de "segunda grande guerra", o governo vai repetir o protocolo do ano passado e reeditar medidas. No entanto, não será um cheque em branco, pois isso, afirma ele, provocaria alta do dólar e dos juros e desorganizaria a economia. Por isso, foi estabelecido o limite de R$ 44 bilhões para o auxílio emergencial.

Os recursos para o novo protocolo podem ser obtidos sem impacto fiscal, informou. Como exemplo, Guedes citou o diferimento de recolhimentos do Simples, anunciado na quarta-feira. "São R$27 bilhões que não tiraremos de circulação", disse.

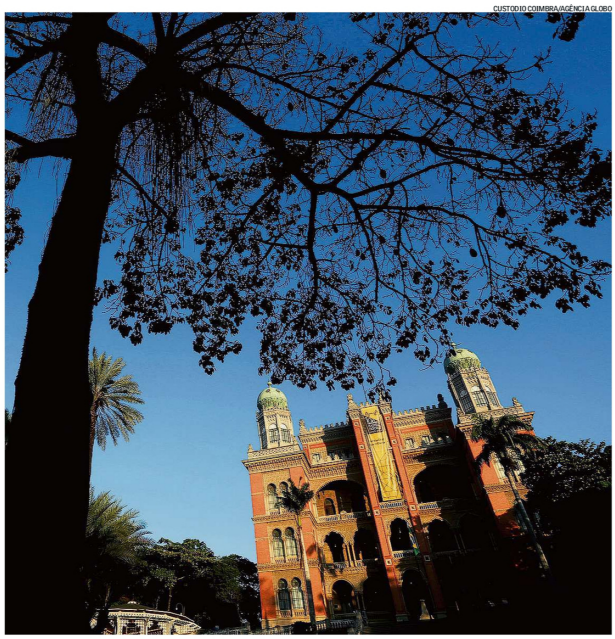
O ministro falou ainda na volta do Pronampe e do Peac Maquininhas e da antecipação de benefícios previdenciários.

Ele informou que o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, vai submeter todas decisões a uma consulta prévia de constitucionalidade.

O cenário pode mudar rapidamente com vacinação, comentou o ministro. Em pouco mais de um mês, segundo ele, será possível vacinar todos os idosos, ao ritmo de 1 milhão de pessoas por dia. "Nós teremos um novo cenário em 40 dias porque a mortalidade pode desabar", afirmou.

***Site: https://valor.globo.com/impresso***

# Doações privadas e inovação em saúde (2)


CUSTODIO COIMBRA/AGÊNCIA GLOBO

***Pedro Ribeiro Barbosa***

Um fenômeno a ser observado durante a pandemia é a importante mobilização da sociedade civil. São inúmeros os exemplos: associações, sindicatos, empresas, órgãos da justiça e pessoas físicas de todos os níveis sociais. Desde vizinhos que passaram a cuidar-se mutuamente, até importantes doações em recursos financeiros por famílias abastadas e empresas. Não se trata de uma novidade, mas sim da escala com que tais recursos foram mobilizados.

Além de apoios diretos com serviços, insumos e equipamentos de saúde em larga escala, ajudas sociais de várias naturezas foram mobilizadas. Alguns levantamentos indicam bilhões de reais doados (Monitor de Doações Covid 19 https://www.monitordasdoacoes.org.br/pt), fora recursos não econômicos de valores inestimáveis.

As ações de doação dependeram também de articulações com instituições de Estado de modo que os valores alcançassem maior impacto. Destaque especial a valores ao SUS, através de doações de insumos e equipamentos a serviços públicos Brasil afora, como secretarias de saúde, hospitais, Fiocruz e Butantan, além de universidades. Duas grandes centrais analíticas para suprir carência do teste RT-PCR para covid-19, instaladas na Fiocruz - Rio e Ceará, no valor total de cerca de R$ 250 milhões, como também apoio para adaptar ou implantar plantas de produção de vacinas na Fiocruz e no Butantan, nesses casos, testes e vacinas, com ação destacada da iniciativa Todos pela Saúde - Banco Itaú Unibanco, o maior doador individual ao longo da pandemia.

Várias pesquisas que propiciaram respostas ao enfrentamento da pandemia também receberam apoios privados.

Apenas a Fiocruz recebeu doações que ultrapassaram até o momento mais de R$ 450 milhões, valores muito bem aplicados, em complemento a aportes bem mais significativos do Ministério da Saúde, com total transparência, gerando resultados efetivos e monitorados inclusive pelos órgãos de controle públicos, além de interações claras com os próprios doadores.

A grande questão é como transformar essa experiência em algo que siga rendendo frutos à sociedade. Seguramente as ações cie doação e solidariedade seguirão e espera-se que ainda mais ampliado e com mais valorização, tanto da sociedade quanto do Estado.

A pandemia desnudou enorme fragilidade nas políticas públicas de apoio à ciência e tecnologia em saúde, dentre tantas debilidades nas ações dos governos - municípios, Estados e, em especial do governo federal, além da clara descoordenação entre os entes federativos.

As diversas reflexões sobre o esforço de longo prazo necessário para o alcance de feitos civilizatórios, como no caso das vacinas contra a covid, demonstram que é imperioso a um país que tome a ciência e a tecnologia em saúde como uma questão estratégica, tanto em termos de segurança sanitária, quanto vetor cie desenvolvimento econômico inclusivo.

Em artigo de 6 de fevereiro, a revista The Economist discute não apenas o esforço de países centrais no financiamento de longo prazo de centros de pesquisa, mas também os investimentos de fornecedores de tecnologias de ponta para viabilizar a cadeia produtiva de uma vacina. O papel das instituições e da política de Estado é insubstituível. Desnecessário dizer que esse quadro de sistemático desinvestimento em C T vem contribuindo para a ampliação, a passos largos, do hiato que separa Brasil dos países desenvolvidos.

Mesmo em países com políticas estatais claras em C T, importantes fundos e doadores privados desempenham papéis complementares de

fundamental importância, em geral "missionoriented", ou seja, objetivando entregas tecnológicas definidas e vinculadas a ganhos de qualidade de vida da sociedade.

Hoje são poucas as doações no âmbito da saúde e da pesquisa em saúde que possuem apoios legais, recebendo isenções tributárias em alguma medida.

Recente lei federal para constituição de endowments, fundos patrimoniais de doações privadas em Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), possui mérito ao regular tal mecanismo, internacionalmente praticado, mas apresenta limitação ao não permitir qualquer incentivo aos doadores. No âmbito dos **impostos** sobre heranças e doações, o país se destaca de forma negativa

duplamente: além de sermos um dos países que menos taxam heranças e grandes fortunas, também não existem incentivos para doações à ciência.

Por outro lado, alguns detentores de grandes fortunas possuem iniciativas louváveis por iniciativa própria, a grande maioria a partir da alocação de recursos em fundações privadas destinadas a finalidades diversas, no campo da ciência, educação, cultura, assistência social, dentre outros. Desconhece-se, no entanto, alguma dedicada especificamente ao tema do desenvolvimento científico e tecnológico em saúde.

Dois importantes movimentos podem e devem ser acionados com a experiência das doações nessa pandemia. Do lado dos governos, sobretudo o federal, instituir novos mecanismos de incentivo fiscal a doações ao desenvolvimento tecnológico em saúde. E sem que tais ações o desobriguem de seu papel de Estado, qual seja o de tomar a C T como objeto de apoio estatal, através de alocações orçamentárias perenes e em volumes bastante superiores, papel insubstituível, como o é nos países com poder de inovação. Os Estados podem e devem tratar igualmente de incentivos nesse sentido, a partir das respectivas leis sobre heranças e doações, de natureza estadual. Reduzir o ITCMD quando de doações a ciência e inovação seria um bom começo.

Por outro lado, famílias abastadas, grandes fortunas, empresas e mesmo a Justiça, onde se encontram bilhões depositados, podem e devem tomar o campo da inovação em saúde como foco para doações. Alternativas de matchfunding entre recursos públicos e privados podem ser considerados, entre outros modelos a serem implementados. Universidades e centros de pesquisa, como a Fiocruz, possuem enorme capacidade para inovar e podem responder com objetividade e transparência a tais iniciativas, tanto na gestão e alocação de recursos, quanto na comunicação acessível sobre os resultados alcançados a partir de tais aportes.

Apesar de incipiente, esse modelo tem importantes casos de sucesso, construídos em conjunto por doadores e organizações beneficiadas, mas é importante reconhecer que ainda há um longo caminho a ser explorado.

Pedro Ribeiro Barbosa é presidente do Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), vinculado à Fiocruz e ao Tecpar.

***Site: https://valor.globo.com/impresso***

# Globo fatura R$ 12,5 bi e mantém investimento

LEO PINHEIRO/VALOR

Manuel Belmar, diretor-geral de finanças da Globo: "Apesar da pandemia, todos os investimentos em tecnologia e conteúdo não foram interrompidos"

***Francisco Góes Do Rio***

A Globo Comunicação e Participações (GCP), maior grupo de mídia do Brasil, alcançou lucro líquido consolidado de R$ 167,8 milhões em 2020. A queda foi de 77,7% em relação aos R$ 752,5 milhões registrados em 2019. Apesar das dificuldades causadas pela pandemia, a empresa manteve, no ano passado, investimentos de R$ 4,5 bilhões em conteúdo e de mais de R$ 1 bilhão em tecnologia para dar continuidade à estratégia de "media tech". O conceito combina a produção de conteúdo com tecnologia, para ofertar produtos e serviços, de acordo com as preferências do consumidor.

A queda no lucro foi motivada, sobretudo, pelo efeito da desvalorização do real sobre a dívida em dólar da empresa, sem efeito caixa. A GCP fechou 2020 com uma posição econômico-financeira sólida, com um caixa robusto de R$ 13,6 bilhões, equivalente a 2,5 vezes a dívida da companhia no fim do ano, de R$ 5,4 bilhões.

O diretor-geral de finanças da Globo, Manuel Belmar, disse que o resultado foi positivo em um ano adverso, marcado pela pandemia que levou à paralisação parcial da atividade econômica. A redução de receitas foi parcialmente compensada por corte de custos. "Apesar de todos os sacrifícios, foi um ano de grandes realizações para a Globo", disse Belmar. "Apesar da pandemia, todos os investimentos em tecnologia e conteúdo, que alimentam o Globoplay [plataforma de streaming da Globo] e as plataformas digitais e canais lineares que desenvolvemos, não foram interrompidos. Mantivemos o plano original porque acreditamos que é a estratégia a ser perseguida." A receita líquida consolidada da GCP foi de R$ 12,5 bilhões, com queda de 11% em relação aos R$ 14 bilhões de 2019. A redução maior foi na publicidade, que responde por 60% da receita total. Neste segmento, as receitas caíram 17% em relação ao ano anterior. Já nas receitas de conteúdo, que são os restantes 40% do bolo, o desempenho ficou "em linha" com 2019.

O desempenho operacional foi consistente com o ano atípico. O lucro da GCP antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) foi cie R$ 688 milhões, queda de 26% sobre os R$ 933 milhões de2019. A margem Ebitda foi de 6% ante 7%, no ano anterior. O resultado operacional líquido foi de R$ 366,3 milhões, 36% abaixo dos R$ 573 milhões de 2019.

O fato de o resultado ter ficado em "terreno positivo" em ano "único" é motivo de comemoração, disse Belmar, considerando, inclusive, a estrutura de custos fixos que caracteriza a indústria de mídia. Foi a economia de custos que permitiu compensar em parte a queda de receitas. Houve redução de 11% nos custos relacionados com vendas e de 7% nos custos gerais.

A redução no lucro deve-se, em especial, ao impacto da desvalorização do real ante o dólar. A GCP tem dívida em dólares e a desvalorização do câmbio tem efeitos no item despesa financeira. Essa linha do balanço, que havia sido negativa em R$ 411,8 milhões em 2019, subiu para R$ 1,9 bilhão em 2020. A companhia tem dívida atrelada a três emissões de bônus que vencem em 2025,2027 e 2030. Belmar disse que a situação do endividamento é confortável uma vez que a empresa tem capital próprio para suportar as operações. A dívida conta ainda com "hedge" (cobertura contra risco) e parte dela tem "swap" (contrato de troca de moedas) para reais.

Segundo o executivo, o segundo e o terceiro trimestres do ano passado foram "muito difíceis", com a paralisação quase total da economia, adiamento do calendário esportivo e, no caso da Globo, do fechamento inédito dos estúdios de gravação. "Todos esses foram aspectos únicos que tivemos que lidar e demos resposta rápida para proteger nossos colaboradores", afirmou Belmar. Ao todo, a Globo tem cerca de 14 mil colaboradores. Em março de 2020, cerca de 75% dos funcionários passaram a trabalhar

de casa. Os restantes 25% continuaram no trabalho presencial. Eram os profissionais direta e indiretamente ligados às operações de jornalismo, que não parou um minuto, disse Belmar. No terceiro trimestre, subiu para 45% as pessoas na linha de frente. O percentual se manteve até a publicação recente dos decretos no Rio e em São Paulo.

Em nota na terça-feira, a Globo afirmou: "Em decorrência do agravamento da crise pandêmica e das medidas restritivas estabelecidas pelas autoridades locais, a Globo se antecipou e definiu que, a partir de hoje, dia 23 de março, as gravações das obras de dramaturgia serão interrompidas. Séries e novelas só deverão voltar a gravar no dia 5 de abril, ao final do prazo decretado pelas Prefeituras do Rio de Janeiro e São Paulo." Quando do fechamento dos estúdios, em 2020, a Globo passou a exibir reprises, com o "conteúdo vencedor que temos", disse Belmar. Ele afirmou que não havia condições de produzir conteúdo original naquele momento. Diante das dificuldades sanitárias, produções foram interrompidas ou adiadas para 2021 e 2022. "Agora aguardamos um cenário mais benigno [da pandemia] para desenvolver novos projetos de conteúdo para todas as plataformas".

Mesmo forçada a exibir algumas reprises, os Canais Globo falaram em 2020 com 100 milhões de pessoas por dia. Já os produtos digitais de jornalismo (G1), de esporte (GE) e de entretenimento (Gshow), o Globoplay e o "fan-tasy game" Cartola FC alcançaram, em média, 100 milhões de pessoas por mês.

Um dos destaques em 2020 foi o Globoplay. No ano passado, a plataforma aumentou o volume de assinantes em quase 80%, enquanto o volume de receitas mais do que dobrou em relação a 2019. "Isso foi importante para compensar a tendência declinante do mercado de TV paga, que tem sofrido com a perda de renda e aumento do desemprego, que afetaram o brasileiro em 2020", disse Belmar. O objetivo, afirmou, é consolidar o Globoplay como plataforma de streaming relevante para o consumidor brasileiro dentro da estratégia da Globo de alavancar modelos de negócios que privilegiam a relação direta com o consumidor, o D2C (Direct to Consumer), embora o B2B (Business to Bussines) também seja importante.

No ano passado, a Globoplay anunciou parceira com a Walt Disney Company pela qual o consumidor pode ter acesso aos serviços de streaming das duas companhias em uma só oferta. O combo reunindo Globoplay e Disney-I- ficou disponível a partir de novembro. Belmar disse que também se avançou na distribuição de canais Globo na plataforma de streaming. Em outra frente, a Globo já vinha desenvolvendo parcerias com fabricantes de televisores desde 2014, o que permitiu ao Globoplay vir embarcado nas TVs das marcas Samsung, LG, Sony, Panasonic, Philco, Philips, AOC e TCL, além de ser compatível com Roku, Android TV e Apple TV Ger4.

Outro destaque foi a incorporação pela GCP, em 1º de janeiro de 2020, da Globosat, divisão de conteúdo de TV paga do Grupo Globo, e da G2C, comercializadora de conteúdos. A operação permitiu eliminar diferenças entre os resultados consolidados e da controladora GCP. Até 2019, a GCP, uma holding operacional, refletia os resultados das empresas TV Globo (aberta), Som Livre, Globo.com. e Globoplay. Já os números consolidados incluíam a Globosat e a G2C. A partir de 2020, os negócios foram fundidos na controladora. A integração permite ter a visão de empresa única, que é a Globo, e alinhar estratégias de conteúdo e de negócio. Fora da estrutura da GCP estão a Editora Globo, braço de mídias impressas do Grupo Globo, do qual o Valor faz parte, e a Globo Ventures, voltada a investimentos em portfólio digital.

***Site:***
***https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186764***

# Prioridade agora é a vacinação

***» Fernanda Strickland***

As Forças Armadas têm sido um importante fator de combate à pandemia de covid-19 nos mais distantes pontos do Brasil. A avaliação é do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, que assegurou que os militares estão totalmente engajados no combate ao novo coronavírus. Em entrevista, ontem, ao CB.Poder - uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília -, apesar de o Brasil ter ultrapassado a marca de mais de 300 mil mortes, o general assegurou que todos os esforços têm sido empenhados para que o país supere a atual condição o quanto antes. Para isso, a vacinação em massa é vital. Ele ressaltou a importância de que as Forças estejam bem equipadas e isso passa pela preservação do orçamento para a modernização do sistema. Azevedo e Silva afirmou, ainda, a relevância da indústria nacional de defesa, que responde por 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Estamos em um momento ramático do país devido à andemia, com mais de 300 mil mortes. Qual a mensagem que o senhor passa à população brasileira?

A situação é realmente dramática. Penso que, na história do mundo, não ocorreu uma situação como essa que estamos passando, desde o ano passado. Porém, compete aos governantes passarem uma mensagem de esperança e de otimismo ao povo dentro desse quadro. Eu tenho participado dos esforços que o governo faz em relação à covid-19. O foco principal é a vacina. O governo esforçou-se muito para tentar viabilizar, até o final do ano, cerca de 500 milhões de vacinas, além de outras coisas que ajudem nesse quadro ruim. As Forças Armadas estão inseridas nesse esforço; temos apoiado e trabalhado muito dentro de uma máxima de emprego e eficiência possível.

A Operação Covid-19, das Forças Armadas, está completando um ano. O que é essa operação e qual o objetivo dela?

O objetivo é apoiar a população, os estados, os municípios e o povo brasileiro no combate à covid-19. Nós completamos um ano de operação, mas ela não começou no dia 20 de março do ano passado. Em fevereiro de 2020, as Forças Armadas, por meio da Força Aérea Brasileira, foram resgatar os brasileiros em Wuhan, na China. Adaptamos uma base aérea em Anápolis e fizemos o primeiro período de quarentena no Brasil com sucesso, isolando os brasileiros ali. Desde março do ano passado, por diretriz do presidente da República, para apoiar a população brasileira, instituímos 10 comandos conjuntos. Comando conjunto é a Marinha, Exército e Força Aérea com outros órgãos, também do Brasil inteiro, para apoiar a população em relação à covid-19, e para transporte de material de saúde, insumos, respiradores, oxigênio. A FAB já deu o equivalente a 55 voltas no planeta, e muita coisa com os meios que temos. Estamos empregando o máximo de esforço possível como: descontaminação, distribuição de cesta básica, formação de profissionais de saúde e, agora, a distribuição das vacinas, inclusive em áreas remotas, sobretudo indígenas.

O senhor participou da reunião dos chefes de Poderes e ficou uito claro, ali, a importância da vacinação. Essa é a prioridade do governo agora?

A prioridade é a vacina, mas o governo não pode deixar de se preocupar com a parte econômica - desemprego e famílias que estão passando necessidade. Serviço essencial também passa a ser levar um prato de comida para casa. Isso é essencial também. Mas penso que a vacina vai dar um alento à economia, as pessoas vão se sentir mais seguras, o emprego vai voltar, as coisas vão ser abertas, a tempo e a hora, para que não tenha um quadro econômico ruim com efeitos sociais.

Como fica o orçamento para a efesa este ano? Qual o amanho e qual a prioridade?

As prioridades do Ministério da Defesa são os projetos estratégicos, que visam recuperar a capacidade operacional das Forças Armadas, que, atualmente, contam com equipamentos antigos, muitos com mais de 50 anos, 60 anos. Investir nos projetos de defesa é movimentar a base industrial nacional e manter

milhares de empregos no país. Os contratos foram firmados no passado e, a cada corte no Orçamento, geram aumento de custo. São projetos com alta complexidade tecnológica, como, por exemplo, desenvolvimento de submarinos, do cargueiro tático militar e do sistema integrado de monitoramento de fronteiras - investimentos estruturantes que induzem o crescimento, geram tecnologias e empregos. Além disso, os projetos geram divisas ao país, com as exportações dos produtos de defesa. Considero positivo que, num período de baixo crescimento econômico, os recursos orçamentários para investimentos no país tenham sido preservados. No combate à covid-19, as Forças Armadas vêm sendo empregadas em todo o território, no limite de suas capacidades. Aeronaves KC-390, por exemplo, foram fundamentais para o transporte de oxigênio líquido para Manaus, permitindo salvar as vidas de milhares de pessoas.

Nós vimos um processo de esindustrialização grande do país, na área da saúde e em outros segmentos. Vocês têm trabalhado muito na questão da indústria a defesa. O que é essa indústria a defesa?

Temos uma base industrial de defesa, que é compatível e sólida, que tem um mercado interno que são basicamente as Forças Armadas. Ela responde a uma base estratégica, que garante cerca de 1,3 milhão de empregos diretos e indiretos - representa 4% do **PIB**. Temos 130 países que importam da gente materiais de defesa. Nós exportamos, em 2019, mais de US$ 1,2 bilhão em material de defesa. Nossa base de defesa emprega muita gente. Temos exemplos no mundo: a Internet nasceu por uma necessidade de segurança e defesa que ajuda o mundo inteiro hoje. Nossa indústria se adaptou para ajudar contra a covid-19. Fabricou respiradores, fabricou álcool em gel, equipamento de proteção individual.

Qual o potencial dessa indústria da defesa? Ela representa 4% do **PIB** e quanto pode chegar em termos de geração de emprego e vendas?

Apesar da pandemia no mundo inteiro, a transação de material de defesa até aumentou - ela tem uma capacidade muito boa de exportação. O mercado está sendo promissor. Em 2020, nós, apesar da pandemia, tivemos quase o mesmo resultado de 2019. Fizemos cerca de US$ 1 bilhão em exportação de materiais de defesa. Nós temos matérias e equipamentos de primeira linha. Em termos de emprego, é um misto: temos a parte de formação que ajudamos, como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto Militar de Engenharia (IME).

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

# Economistas saem em defesa da IFI

Durante a audiência na Comissão Temporária da Covid-19 do Senado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, criticou de forma dura a Instituição Fiscal Independente (IFI) da Casa Legislativa. "A IFI tem previsões fracas, erra 10 de 10, e o Senado deveria revisar quem a comanda", disse, lembrando que a projeção da IFI era de que a dívida estaria em 100% do Produto Interno Bruto (**PIB**), quando está em 89%. A instituição é dirigida pelo economista Felipe Salto, que se manifestou nas redes sociais. "Sobre o ataque pessoal feito pelo Min. Paulo Guedes, devo lamentar. Trabalho sem descanso para construir a IFI Brasil, com equipe enxuta. O resultado é reconhecido pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), FMI (Fundo Monetário Internacional), mercado, setores do governo, academia, imprensa e Congresso. O ataque revela aversão ao contraditório", escreveu. "Os excelentes estudos e projeções da Instituição Fiscal Independente do Senado contribuem muitíssimo para a transparência na área fiscal. Não surpreende que sejam alvo de Guedes", acrescentou. Economistas e integrantes do Supremo Tribunal Federal se manifestaram em apoio à IFI e ao diretor. O ministro do STF Gilmar Mendes comentou: "Desde sua fundação, a IFI tem contribuído de forma clara no debate sobre as finanças públicas do Brasil. Eventuais discordâncias com os diagnósticos apontados pela instituição, sob o sério e competente comando de Felipe Salto, devem se restringir a aspectos técnicos." Solidariedade Laura Carvalho, economista e professora da Universidade de São Paulo, também se posicionou. "Os excelentes estudos e projeções da Instituição Fiscal Independente do Senado contribuem muitíssimo para a transparência na área fiscal. Não surpreende que seja alvo de Guedes. Toda minha solidariedade ao Felipe Salto e técnicos da IFI", escreveu.

O economista Pedro Fernando Nery destacou o trabalho conduzido por Salto. "A IFI presta excelentes serviços à sociedade. Uma equipe pequena, mas altamente competente e com espírito público. Falta sua capacidade de realização em outros lugares da Esplanada. Meus parabéns e agradecimento à IFI, em nome de Felipe Salto, atacado pelo ministro Guedes". A procuradora Élida Graziani afirmou que a IFI é juridicamente independente, por meio de mandato fixo para seus diretores. "O ministro Paulo Guedes burla tal regime jurídico, ao pressionar ilicitamente pela dispensa do Felipe Salto, que tem feito um trabalho tecnicamente bem fundamentado e socialmente relevante." (SK, com a colaboração de Rosana Hessel)

# Prévia do IBGE já supera o teto

A prévia da **inflação** oficial brasileira acelerou 0,93% neste mês de março, por conta da alta dos combustíveis. O resultado é o maior para o mês desde 2015 e fez o mercado rever as projeções de alta da taxa básica de juros (Selic): para muitos analistas, o Banco Central (BC) pode ter que elevar a Selic de 2,75% para 3,75% já na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em maio. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a prévia da **inflação** já marca 5,52% no acumulado dos últimos 12 meses. O resultado está acima do teto da meta de **inflação**, que, neste ano, é de 5,25%. Mas, de acordo com analistas, vai continuar subindo. O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, calcula que a **inflação** oficial de março pode chegar a 1,14%. A projeção do BC para a **inflação** de março, no entanto, é de 0,82%, conforme o Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI). "O cenário para o BC é incrementalmente mais desafiador. A **inflação** traz sinais de mais pressão em industriais, e o câmbio permanece como fator de risco", comentou o estrategista-chefe do banco digital Modalmais, Felipe Sichel. Ele disse que, por isso, a possibilidade de que a Selic suba 1 ponto percentual na próxima reunião do Copom "deve ser encarada com seriedade". (MB)

# Urgências para o Brasil (3)

Vacinação em massa é a medida para pôr fim ao colapso nos sistemas de saúde em quase todos os estados brasileiros. Se não seguir firme nessa direção, o governo vai alimentar ainda mais a desconfiança de empresários, investidores e consumidores, dificultando a retomada econômica. Confiança é hoje o sentimento mais urgente para que a economia responda, não com uma tímida volta das atividades, mas com a aceleração dos investimentos e a geração de empregos para estancar o distanciamento social que se agrava e nos empurra para um quadro arriscado num futuro próximo.

Os movimentos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário no sentido de mostrarem união no combate à pandemia de covid-19 no seu momento mais crítico são uma reação ao alerta feito por economistas e empresários de que, sem o controle da doença, não haverá recuperação da economia. As ações de enfrentamento ao coronavírus seguem de forma descoordenada no país, e grandes empresários já manifestam temor de que a reunião dos presidentes dos Três Poderes tenha sido apenas jogo de cena. Não é mais possível que, depois de mais de 300 mil mortes, políticos pensem em si próprios.

A perda de vidas já seria mais que suficiente para que todas as medidas necessárias para enfrentar a pandemia fossem consenso nas esferas de poder, que, muitas vezes, gastam energia com discussões inócuas, enquanto os indicadores de confiança na indústria, no comércio e entre os consumidores despencam. São um sinal de que o Brasil terá novamente queda da atividade econômica no primeiro trimestre deste ano. Não há mais tempo. A contenção da doença é para ontem, e é essa ação que levará o país a reagir economicamente, como alertam os mais de 1.500 nomes que assinam a carta de empresários e economistas divulgada no início desta semana.

A esse quadro de desconfiança se junta o fato de haver mais de 50 milhões de brasileiros desempregados, subutilizados ou desalentados, uma perda de riqueza que pode chegar a R$ 130 bilhões (2% do **PIB**) e uma **inflação** que, em 12 meses até março, chega a 5,52% e estoura o teto da meta fixada para o ano, de 3,75% com tolerância entre 2,25% e 5,25%, segundo o IPCA-15, prévia da **inflação** oficial. A escalada de preços, que corrói a renda do trabalho e pressiona o custo das empresas, levará o Banco Central a elevar novamente os juros em, no mínimo, 0,75 ponto percentual na próxima reunião do Copom.

O Brasil flerta com uma crise que viveu recentemente e da qual ainda não se recuperou totalmente. Sem uma ação firme e coordenada dos governos nas três esferas, o vírus seguirá seu caminho de contaminação e morte até que as vacinas alcancem pelo menos todos dos grupos de maior risco para a doença. Com atraso na imunização, será necessário mais tempo de confinamento e paralisação de atividades econômicas, empurrando o **PIB** do país para baixo por mais um ano. E, como país, vamos empobrecendo... empobrecendo. Mas até quando?

# Guedes diz concordar com mais auxílios, mas exige contrapartida

***Fábio Pupo***

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta quinta-feira (25) em audiência no Congresso que governo e parlamentares devem trabalhar juntos em maneiras de aumentar a transferência de recursos aos mais pobres.

Ele defendeu que a elevação dos recursos seja acompanhada de contrapartidas nas contas públicas.

As declarações foram dadas em resposta a senadores que lhe perguntaram sobre a possibilidade de elevar o valor do auxílio emergencial, como Wellington Fagundes (PL-MT) e Zenaide Maia (Pros-RN).

O governo definiu um pagamento de R$ 250 ao mês em 2021, reduzido para R$ 150 no caso de quem mora sozinho ou elevado para R$375 no caso de mães solteiras.

Guedes respondeu comentando tanto o auxílio emergencial como o Bolsa Família. Ele criticou o valor do programa criado na era Lula, que paga um valor médio de R$ 200, e disse estar "indignado" com os montantes pagos até hoje.

"Acho muito interessante as pessoas que ficaram anos aqui e botaram o Bolsa Família em R$ -200. E de repente ela [senadora] me pergunta por que não é R$ 600. Eu também estou indignado com esse valor. Não consigo entender por que ficou tantos anos assim, com um valor tão baixo", disse.

"É um absurdo que a gente tenha que descobrir, no meio de uma pandemia, que a melhor forma de erradicara miséria é dar dinheiro ao pobre."

O ministro também criticou a IFI (Instituição Fiscal Independente) -órgão da Casa que monitora as contas públicas. "O IFI disse que nós iríamos furar o teto no primeiro ano, furar no segundo ano, que a dívida ia chegar a 100% do **PIB**. Acho que o IFI tem previsões muito fracas, tem trabalhado muito mal. Acho até que o Senado devia rever um pouco quem lidera o IFI. Aparentemente, é um economista que tem errado dez em cada dez [previsões]", disse.

Felipe Salto, diretor- executivo da IFI, disse em rede social que o trabalho do órgão é reconhecido internacionalmente e que a crítica demonstra a insatisfação do ministro com posições divergentes. "Devo lamentar. Trabalho sem descanso para construir a IFI, com equipe enxuta. O resultado é reconhecido por OCDE, FMI, mercado, setores do governo, academia, imprensa e Congresso."

***Site: http://edicaodigital.folha.uol.com.br/***

# Prévia da inflação dispara e supera teto da meta do ano

***Nicola Pamplona***

Com forte pressão da gasolina, a prévia da **inflação** de março disparou para o,93%,ante 0,48% no mês anterior, informou nesta quinta (25) o IBGE. Foi a maior taxa do indicador para um mês de março desde 2015.

Em 12 meses, o índice acumula alta de 5,52%, superando o teto da meta estabelecido pelo Banco Central para o ano pela primeira vez desde novembro de 2016. Para especialistas, o teto também deve ser superado pelo índice oficial de **inflação**, o IPCA, já em março.

O cálculo do IPCA-15 usa a mesma metodologia da pesquisa do IPCA. A diferença está no período de coleta dos preços, que no primeiro caso é iniciada na segunda quinzena do mês anterior, e na abrangência geográfica, com menos localidades pesquisadas.

"Quando a gente olha a trajetória de 12 meses, o indicador vai passar o ano bastante desconfortável e acima do teto por bastante tempo", diz a economista do Itaú Julia Passabom. Ela prevê que, em junho, a **inflação** de 12 meses baterá os 7,80%.

O IPCA fechado de fevereiro já se aproximava do teto da meta, ao acumular em 12 meses alta de 5,20%. O resultado fechado de março só será divulgado no início de abril, mas a tendência é que o indicador siga pressionado pela alta do petróleo e pelos repasses do custo cambial a bens industriais.

Neste início de março, a maior pressão veio dos combustíveis. Principal componente no cálculo da **inflação** oficial, a gasolina contribuiu sozinha com 0,56 ponto percentual do IPCA-15.0 produto registrou alta de 11,18% em março, reflexo dos reajustes promovidos pela Petrobras entre o início de 2020 e a semana passada.

Na sexta (19), a estatal reduziu pela primeira vez o preço do combustível no ano, com queda de 5%. Na quinta (25), houve novo corte, de 4%, mas os repasses ainda não chegaram totalmente às bombas.

O IBGE detectou altas também em outros combustíveis: o etanol subiu 16,38% em março; o óleo diesel, 10,66%; e o gás natural veicular, 0,39%. Assim, o custo dos transportes subiu 3,79%, ante 1,11% em fevereiro.

Os combustíveis impactaram também o custo da habitação, que subiu 0,71% na prévia da **inflação** de março, informou o IBGE. A alta foi puxada pelo gás de botijão (4,60%), no décimo mês consecutivo de alta, e do gás encanado (2,52%). A taxa a e água e esgoto (0,68%) também acelerou em relação a fevereiro.

Principal fator de pressão da **inflação** no primeiro ano de pandemia, o preço dos alimentos segue em desaceleração. Nesta prévia da **inflação** de março, tiveram alta de 0,12%, ante 0,56% no mês anterior.

"Os alimentos para consumo no domicílio caíram 0,03% após sete meses consecutivos de alta, sobretudo em razão das quedas de tomate (-17,50%), batata-inglesa (-16,20%), leite longa vida (-4,50%) e arroz (-1,65%). No lado das altas, as carnes aumentaram 1,72%" disse o IBGE.

A alimentação fora do domicílio também desacelerou, para 0,49% em março, ante 0,56% de fevereiro. A perda de ritmo foi influenciada pelo lanche (0,64%) e pela refeição (0,33%), itens que, em fevereiro, aumentaram 1,20% e 0,37%, respectivamente.

A avaliação é que, além de fatores sazonais, o fim do auxílio contribuiu para a desaceleração de preços dos alimentos, ao reduzir o poder de compra do brasileiro e, consequentemente, a demanda por determinados itens.

Dos nove grupos pesquisados pelo IBGE para calcular a **inflação**, apenas um teve deflação. Foi o custo da educação, que caiu 0,51% após alta de 2,39% em fevereiro, quando foram captados os reajustes anuais de cursos regulares.

A escalada inflacionária dos últimos meses levou o Copom (Comitê de Política Econômica) do Banco Central a elevar a taxa básica de juros pela primeira vez desde 2015. A alta de 0,75 ponto percentual surpreendeu o mercado, que esperava 0,5 ponto percentual.

De acordo com a ata da reunião, divulgada na terça (23), a avaliação do comitê é que a atividade econômica não sofrerá tanto com a pandemia quanto

em 2020, mas os choques de preços, ainda que pontuais, ameaçam o cumprimento das metas de **inflação**.

Para economistas, o resultado do IPCA-15 reforça a necessidade de atuação do Copom. O banco Goldman Sachs, por exemplo, estima que a probabilidade de que o teto se já estourado neste ano subiu de 8% para 41%.

Embora a maior influência no momento venha de preços do petróleo, o mercado vê pressão consistente no chamado "núcleo da **inflação**", conceito que exclui efeitos de choques temporários de preços. Entre o IPCA-15 de fevereiro e o de março, a **inflação** desse núcleo acumulada em 12 meses subiu de 3% para 3,3%.

Ortiz Crueeno, economista da Cuide Alejandro, acrescenta que os preços do petróleo devem continuar pressionados, diante das perspectivas de aumento no ritmo de vacinação contra a Covid-19 e de reabertura das economias.

"Retomada econômica significa mais demanda por energia, que, por sua vez, induz maiores preços no mercado internacional e, naturalmente, estes serão repassados continuamente ao mercado doméstico."

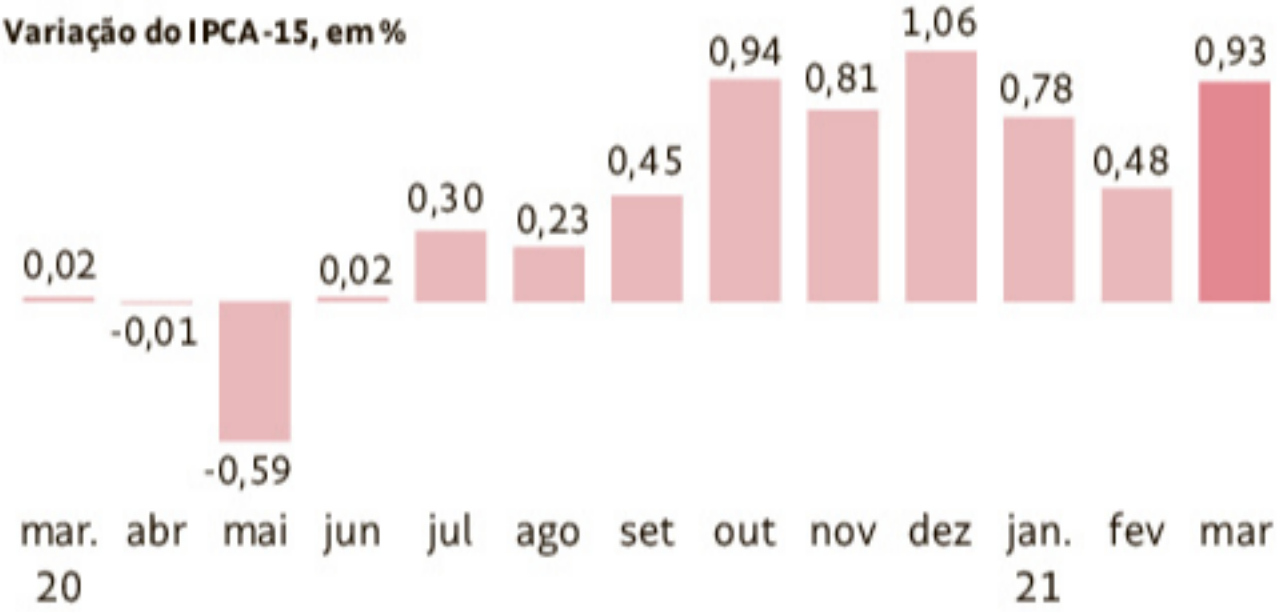
Passabom, do Itaú, lembra ainda que, nos próximos meses, os índices de **inflação** anuais também sofrerão efeitos da retirada, da base de cálculo, dos primeiros meses da pandemia, quando as taxas foram muito baixas ou até negativas.

Assim, passarão a concentrar os efeitos do choque de preços de alimentos, bens industriais e petróleo iniciados a partir do segundo semestre de 2020. Ela acredita, porém, que o IPCA chegará ao fim do ano em 4,7%, abaixo do teto, mas acima do centro da meta.

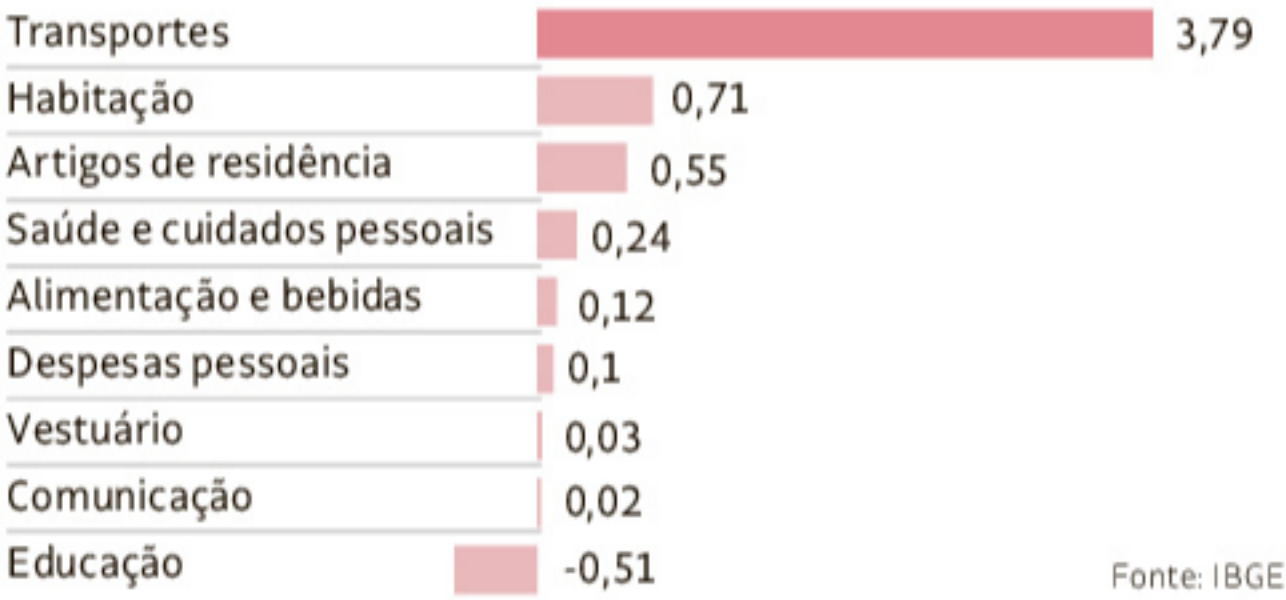
***Site: http://edicaodigital.folha.uol.com.br/***

## Prévia da inflação acelera

**Variação do IPCA-15, em %**




## Variação por grupos




Fonte: IBGE

# Piora fiscal afeta mais os preços que agravamento da pandemia, afirma BC

***Larissa Garcia***

Estudo do Banco Central divulgado dentro do relatório trimestral de **inflação** nesta quinta (25) mostrou que a deterioração do quadro fiscal tem mais peso na **inflação**, puxando para cima, que o agravamento da pandemia deCovid-19, que teria efeito para baixo.

No documento, a autoridade monetária traçou três cenários alternativos para a **inflação** deste ano e de2022, um com piora significativa nas contas públicas e na trajetória da dívida do governo e outro com agravamento da pandemia de Covid-19. No terceiro, os dois choques foram combinados.

"Em relação ao risco fiscal, usamos como base o que ocorreu entre 2014 e 2015, com aumento da dívida e do risco. Colocamos aquele experimento no mundo de hoje", disse o diretor de política econômica do BC, Fábio Kanezuk.

"No caso da pandemia, adicionamos um agravamento ainda pior do que o que temos hoje com efeito na atividade em cima de um **PIB** já abaixo das expectativas, de maneira permanente."

Segundo o exercício, os eventos começariam a ocorrer a partir do 40 trimestre.

"O aumento da **inflação** se dá pelo repasse cambial, tanto para preços livres como administrados, pelo aumento da taxa de juros real neutra e pelos efeitos nas expectativas de **inflação**. No sentido contrário, atua o efeito da atividade econômica de uma maior incerteza."

O risco fiscal elevaria a **inflação** de 2021 em 0,7 ponto percentual, e a de 2022, em 2,4 pontos. Dessa forma, o indicador fecharia em 5,7% e em 5,9%, respectivamente.

Já o agravamento da crise sanitária puxaria os preços emo,5 ponto para baixo neste ano e 0,3 ponto em 2022. Nesse caso, a **inflação** ficaria em 4,5% e 3,2% nos mesmos períodos.

A incerteza sobre a velocidade em que a vacinação se dará, assim como sobre a própria dinâmica de contágio do vírus, é questão relevante nos prognósticos da atividade econômica e da **inflação**", ponderou o estudo.

Na terceira simulação, o BC adicionou 15% do risco fiscal e 50% da intensidade da piora da pandemia. No contexto, os efeitos seriam de redução da **inflação** em 0,1 ponto em 2021 e aumento de 0,2 ponto em 2022 (4,9% e 3,7%).

"Os pesos foram escolhidos aleatoriamente, é mais um exercício para mostrar como as simulações são feitas", esclareceu Kanezuk.

***Site: http://edicaodigital.folha.uol.com.br/***

# A queda da confiança da indústria (3)

A indústria está perdendo confiança. Depois de intensa recuperação a partir de maio do ano passado, o Índice de Confiança da Indústria (ICI) calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/ FGV) alcançou seu ponto mais alto em dezembro. Mas vem caindo desde então. O resultado preliminar de março mostra a persistência desse movimento e não parece haver sinais de reversão dessa tendência. O que há é, ao contrário, indicações de estagnação ou recuperação mais lenta.

A prévia da Sondagem da Indústria de março divulgada pelo Ibre/FGV mostrou que, no mês, o ICI ficou em 103,9 pontos, com queda de 4,0 pontos em relação a fevereiro.

Depois da queda provavelmente já determinada pelos primeiros sinais da pandemia em março do ano passado (caiu de 101,4 para 97,5 pontos), o ICI despencou para 58,2 pontos em abril. Foi o pior resultado do ano. A recuperação vinha sendo expressiva.

Em agosto, quatro meses depois, tinha subido mais de 40 pontos, para 98,7. Continuou a subir, até alcançar 114,9 pontos em dezembro, alta de 97,4% sobre o resultado de abril. Os números sugeriam uma nova realidade para o segmento industrial, melhor até do que a observada um ano antes, quando a covid-19 era desconhecida de praticamente toda a população mundial.

Há três meses, porém, o índice vem caindo, acompanhando um movimento de crescente preocupação com a evolução de diversos indicadores econômicos e sociais. Um desses indicadores é a aceleração da **inflação**, que exigiu uma decisão forte do Copom, com a elevação da Selic em 0,75 ponto porcentual, para 2,75% ao ano.

Indicadores de produção e consumo mostram perda de vigor, ao mesmo tempo que não há ainda sinais concretos de fortalecimento da política fiscal. O desemprego geral continua muito alto, a despeito dos bons resultados do mercado de trabalho formal, e a renda da população continua deprimida. O novo auxílio emergencial tende a aliviar o problema da renda.

Nesse cenário, não é de estranhar que o ICI tenha caído porque seus dois componentes, o que avalia a situação e o que afere as expectativas para os próximos meses, pioraram. O de situação atual diminuiu de 119,9 pontos em dezembro para 110,8 pontos na avaliação prévia de março; o de expectativas, de 109,6 para 96,9 pontos.

***Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo***

# Sobre gatilhos e soluções (2)

***FABIO GIAMBIAGI***

A possibilidade de adotar uma série de "gatilhos" para dar sustentação ao teto de gastos vinha sendo debatida desde 2019. A aprovação da PEC Emergencial foi positiva, mas seu impacto é limitado. A melhor coisa que o País pode fazer agora é se concentrar no cumprimento do teto, para que as questões que vão além da reforma administrativa - tema já na agenda e no qual é importante avançar - fiquem para ser definidas em outro contexto, por ocasião da posse do novo Governo em 2023. Isso vale qualquer que seja o presidente - mesmo em caso de reeleição.

Qual é a ideia de ter um gatilho na normativa institucional de um país? É ter um conjunto predefinido de regras, que evite ter que discutir um tema diante de uma situação específica. Em tese, faz sentido, desde que depois se volte ao que se pode definir de "modo normal".

Nesse caso, se houver uma regra que, excepcionalmente, não possa ser cumprida, é interessante que se defina previamente o que fazer em caso de ocorrer uma violação. Concretamente, se por uma razão ou outra o teto tiver que ser ultrapassado, que se estabeleça o que fazer para o gasto retornar abaixo do teto.

Isso é correto, desde que o problema seja específico de um ano e não se esteja na presença de uma tendência sistemática à violação da regra, em cujo caso é melhor mudar esta. Concretamente, se o gasto ultrapassar o teto em um ano específico, o que pode ser feito para ocorrer um retorno à regra base? Uma ideia é não ter reajuste de pessoal. Outra proposta pode ser autorizar que, em circunstâncias muito especiais, ocorra uma redução nominal das remunerações.

Ou, alternativamente, deixar de realizar concursos públicos - se o "calo aperta", é uma proposta óbvia.

A questão passa a ser outra se, a partir de certo ponto, o gasto tende a "furar o teto" todos os anos. Em tais circunstâncias, não há gatilho que dê jeito. O gatilho é uma regra de ajuste temporário, ou seja, um mecanismo para ser adotado eventualmente. Não pode virar uma política, pela simples razão de que não se pode, todos os anos, não dar aumentos nominais ao funcionalismo nem deixar de realizar concursos públicos por dez anos. Isso não é realista.

Em 2023, o País tem um encontro marcado com a revisão da regra do teto de gastos. Na ocasião, estaremos no sétimo ano do teto. Teria sido um erro mudar em 2019 ou 2020 uma regra que começou a vigorar em 2017, mas será diferente fazer isso no sétimo ano de uma regra concebida para durar dez anos. Por razões que não há espaço aqui para explicar em detalhes, o País não poderá sustentar o teto atual até 2026. Independentemente, porém, do que cada um pensar, a política se encarregará da mudança: nem o atual presidente, se reeleito, teria condições políticas de sustentar a regra presente por todo o segundo mandato. O Congresso exigirá a revisão da regra - e o mercado acabará entendendo.

Se mudar o teto em 2023 será inevitável, mas agora, com a dívida pública tendo aumentado 15% do **PIB** no ano passado, seria temerário, a pergunta é: os gatilhos são uma solução estrutural para o problema? Não, porque será inviável adotar os gatilhos ano após ano, a partir de meados da década. Cabe lembrar, para entender o contexto do debate, que: i) em 2022, haverá uma "superindexação" do teto, que deverá ser reajustado em torno de 7% (possível **inflação** em 12 meses do IPCA até junho), ante um aumento das aposentadorias, em janeiro, bem menor, da ordem de 4% a 5%; e ii) as despesas discricionárias em 2022 ainda poderão ser da ordem de grandeza de R$ 100 bilhões, nível que inspira preocupação, mas que não chega a implicar o shutdown do governo. Para 2021/2022, a PEC ajuda, mas não resolve o problema futuro.

Agora, o melhor a fazer é "tocar o barco", conservar a regra nos próximos dois anos e deixar para rediscutir a estratégia fiscal do restante da década, com medidas de ajuste e uma regra também dura, mas nova, no contexto do cenário que emergirá das urnas em 2022.

FABIO GIAMBIAGI, ECONOMISTA

***Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo***

# Produtividade sobe em 2020 com diminuição de horas trabalhadas

***Anais Fernandes e Sergio Laniucci***

Características específicas da crise da covid-19, com a paralisação cie atividades inteiras, levaram a produtividade do trabalho no Brasil a subir em 2020, na contramão de anos anteriores, aponta estudo do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) antecipado ao Valor. Na ponta, porém, todas as medidas de produtividade perderam fôlego no último trimestre de 2020, indicando, como já sugeria o instituto, que o movimento não representa ganho genuíno de eficiência e pode ser revertido rapidamente conforme os efeitos da pandemia se dissipem.

A alta na produtividade parece contraintuitiva em um ano de retração forte do Produto Interno Bruto (**PIB**), mas é fruto de um recuo na jornada dos trabalhadores muito superior à queda na produção. Em 2020, o valor adicionado da economia cedeu 3,9%, mas as horas efetivamente trabalhadas caíram 14,5%, afetadas pela expressiva redução da jornada de muitos trabalhadores na pandemia, por exemplo. Já as horas habitualmente trabalhadas, um conceito que reflete como seria a jornada média, excluindo situações atípicas como férias e feriados, recuaram 7,7%. A população ocupada, por sua vez, encolheu 7,9%.

Com isso, a produtividade do trabalho por horas efetivas cresceu 12,4% no Brasil em 2020, enquanto a métrica por horas habituais avançou 4,1% e a por pessoal ocupado subiu 4,3%, estimam os economistas Fernando Veloso, Silvia Matos e Paulo Pemchetti. "Aumento da produtividade em si não necessariamente é bom. Nesse caso, foi às custas de 10 milhões de pessoas que saíram do mercado de trabalho, de empresas que fecharam", diz Veloso.

Um "efeito composição" importante ajuda a explicar a maior produtividade média da economia brasileira em 2020, já que os setores mais atingidos na crise foram também aqueles menos produtivos, como serviços. Além disso, dentro de cada setor, trabalhadores de baixa produtividade também foram os mais impactados, especialmente os informais e menos escolarizados.

Como explicação, esses efeitos tendem a prevalecer sobre eventuais ganhos com tecnologias na pandemia. "Pode contribuir, mas ainda não está claro. O que está evidente é que as empresas que foram mais capazes de se adaptar ao mundo remoto tiveram resultado melhor, mas elas também já eram mais produtivas", diz Veloso, citando o setor financeiro.

Até 2019, as três medidas do fator trabalho - população ocupada e horas habitualmente trabalhadas e efetivamente trabalhadas, retiradas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE - caminhavam juntas. Mas, sobretudo a partir do segundo trimestre de 2020, as horas efetivas despencaram, na esteira da paralisação de atividades e de programas do governo para repor renda e sustentar emprego, como o auxílio emergencial e o BEm (para redução de jornada e suspensão de contratos).

Isso fez com que a produtividade medida por essas três variáveis registrasse discrepância muito grande ao longo de 2020. A produtividade por horas efetivas subiu 23,9% no segundo trimestre, na comparação com igual período de 2019, enquanto a métrica por horas habituais avançava apenas 0,2%, e por pessoal ocupado, 0,4%.

Desde o terceiro trimestre, e mais claramente nos três meses seguintes, com o retorno de algumas atividades, os três indicadores se aproximaram, ainda que em níveis atipicamente elevados. A produtividade por horas efetivas subiu 10,1% no quatro trimestre de 2020, ante igual período de 2019. A produtividade por horas habituais cresceu 8,5% e a métrica por pessoas ocupadas avançou 8,2%. "Há aparente normalização da produtividade por horas efetivas, mas ainda não terminou", diz Veloso.

Nas séries dessazonalizadas, no entanto, houve queda em todos os indicadores de produtividade no quarto trimestre, em relação ao período imediatamente anterior. No caso das métricas que consideram o pessoal ocupado e as horas habitualmente trabalhadas, após elevações no terceiro trimestre de 9,1% e 9,3%, respectivamente, foram registradas quedas de 1% e 0,6%, pela ordem, nos três meses seguintes. A contração na produtividade por horas efetivas começou já no terceiro trimestre (-6,9%, ante crescimento de 19,3% no segundo trimestre) e continuou no período de outubro a dezembro (-5,1 %).

Segundo os pesquisadores do Ibre, esses resultados na margem sinalizam que os efeitos positivos da

pandemia nos indicadores de produtividade podem ter sido temporários, tomando-se menos relevantes ao longo de 2021.

Os reflexos atípicos da pandemia sobre a produtividade não elevem, porém, sumir por completo em 2021, já que não há certeza sobre o fim da crise neste ano. O agravamento da doença, a volta de medidas de restrição mais severas, o novo auxílio emergencial e a eventual reedição do BEm colocam dúvidas sobre o comportamento das horas efetivas, diz Veloso. "Depende totalmente dessa dinâmica de pandemia e vacinação."

A expectativa era de recuperação mais rápida do emprego formal e de segmentos de maior informalidade, segundo Silvia, mas a pandemia limita a renormalização dos setores e "o "efeito composição" pode prevalecer ainda no agregado", diz ela.

Quando o pior da crise passar, é possível que o Brasil retome ao cenário pré-covid de produtividade - baixa e desacelerando -, "talvez até um pouco pior", afirma Veloso. "Por mais que as firmas menos produtivas e o emprego informal tenham caído, é difícil imaginar que isso seja permanente."

***Site: https://valor.globo.com/impresso***

# Efeito passageiro

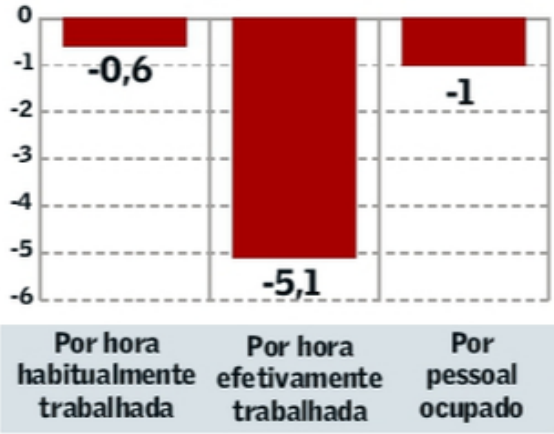
Variação da produtividade do trabalho no Brasil, em %

## No trimestre, ante igual período do ano anterior

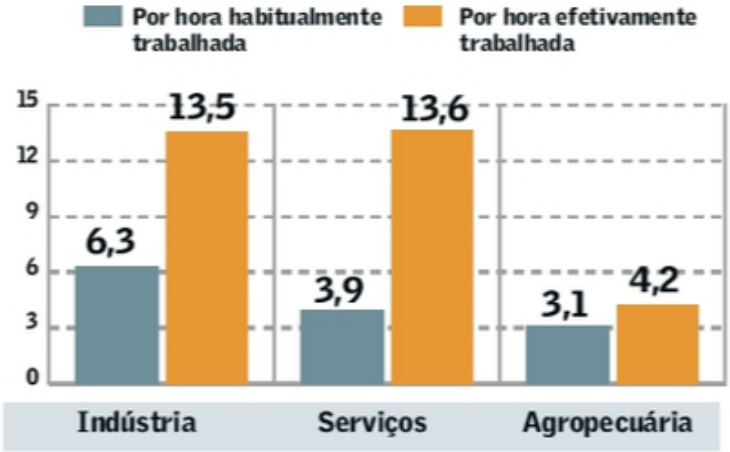
**12,4%** foi a alta na produtividade por hora efetiva em 2020

**4,1%** foi a alta na produtividade por hora habitual em 2020

## No quarto tri/20, ante três meses anteriores




## Em 2020, por setor selecionado




Fonte: Ibre/FGV, com dados das Contas Nacionais Trimestrais e da Pnad Contínua (IBGE)

# Com pior março em 6 anos, prévia mostra que inflação não deu alívio

***Arícia Martins e Lucianne Carneiro***

A alta de 0,93% do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) em março ficou praticamente em linha com as estimativas do mercado após várias surpresas para cima, mas o dado divulgado ontem pelo IBGE não foi visto como um sinal de alívio no front inflacionário.

Boa parte da aceleração ante fevereiro, quando a prévia da **inflação** oficial ficou em 0,48%, foi explicada pelos reajustes de combustíveis. Economistas destacam, no entanto, que núcleos e bens industriais seguiram em nível pressionado, ainda refletindo repasses do choque de custos no atacado. Diante desse quadro, a expectativa é que o Comitê de Política Monetária (Copom) continue elevando os juros.

A taxa mensal do IPCA-15 foi a maior para março desde 2015, quando o índice subiu 1,24%. Já a **inflação** acumulada em 12 meses atingiu 5,52%, acima dos 4,57% registrados até fevereiro. Assim, a prévia da **inflação** oficial está acima do limite superior da meta perseguida para o ano, de 5,25%. O alvo central para 2021 é 3,75%.

Os preços de combustíveis seguiram como maior pressão inflacionária. Em sua nona alta seguida, a gasolina subiu 11,18% e foi o maior impacto individual do índice no mês, respondendo por 0,56 ponto do "índice cheio". Etanol e óleo diesel também tiveram aumento de dois dígitos em março, de 16,38% e 10,66%, pela ordem.

Isso não significa, porém, que a **inflação** elevada tenha sido explicada somente por esses itens, pondera Daniel Silva, economista da Novus Capital. Ele ressalta que os bens industriais avançaram de 0,6% para 1% na passagem mensal, ainda afetados pelo quadro de encarecimento e falta de insumos ao produtor. Em 12 meses, a **inflação** de bens industriais também subiu, de 4,12% em fevereiro para 4,69%.

"Mais que o repasse cambial, essa alta reflete o repasse do atacado para o varejo. Temos visto os IGPs [índices Gerais de Preços, da Fundação Getúlio Vargas] rodando há seis meses em níveis bastante altos, e quando comparamos com o que tem aparecido no IPCA, é possível ver que ainda há repasses represados", comentou Silva. Por isso, diz, ainda há espaço para ganho de fôlego adicional dos preços ao consumidor nos próximos meses.

Além dos bens industriais, Julia Passabom, economista do Itaú Unibanco, destaca o comportamento dos núcleos de **inflação**. Essas medidas excluem ou reduzem o impacto de itens voláteis sobre o IPCA e, por isso, são mais sensíveis à atividade econômica e à taxa básica de juros. Na comparação mensal, a média dos cinco núcleos acompanhados pelo Banco Central cedeu de 0,47% para 0,41%. Em 12 meses, contudo, acelerou de 3,01 % para 3,29%.

"Os dados vieram em linha com o projetado, mas com 'uma cara feia', rodando bastante altos na margem", aponta Julia. "Não há sinal de arrefecimento da **inflação** de bens", avalia a economista, devido a repasses de aumentos de custos ao longo da cadeia produtiva, com a depreciação do câmbio e a demanda ainda aquecida por bens em detrimento dos serviços.

Refletindo as várias restrições ao funcionamento de suas atividades, a **inflação** de serviços permanece em nível comportado: desacelerou de 0,51% para 0,08% entre fevereiro e março e subiu apenas 1,55% em 12 meses. No mês, o item apontado pelos analistas como maior surpresa para baixo do IPCA-15 foi um serviço: os cursos regulares tiveram deflação de 0,84%. "Os colégios e faculdades não conseguem reajustar muito seus preços nesse contexto de pandemia e aulas não presenciais", observa Julia.

Apesar do comportamento benigno dos serviços, a **inflação** vai continuar pressionada por combustíveis e bens industriais no curto prazo, diz a economista. Em suas estimativas, o IPCA vai acelerar a 1,01% no indicador fechado deste mês. Em abril, quando os reajustes dos combustíveis saem de cena, o IPCA deve arrefecer para 0,55%, mas este nível seria ainda incômodo, devido a um aumento já contratado de medicamentos no período, pondera Julia.

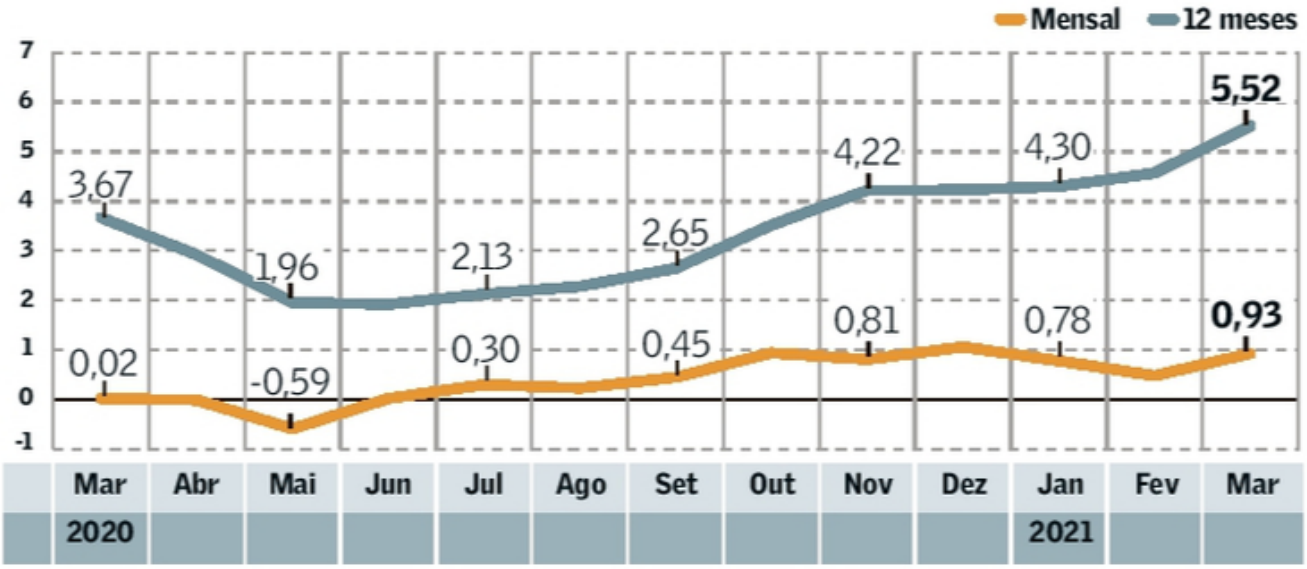
Nas projeções da Novus, o IPCA vai avançar a 1,1% no fechamento do mês atual. Se a estimativa for confirmada, a **inflação** acumulada em 12 meses vai chegar a 6,3% no mês, calcula Silva, para quem o indicador oficial de **inflação** terminará 2021 com alta de 5,3%.

Segundo Williamjackson, economista-chefe para mercados emergentes da Capital Economics, a **inflação** acumulada em 12 meses vai atingir um pico de 7,5% em maio e junho. Nesse cenário, diz Jackson, parece provável que o ciclo de aperto monetário continue nas próximas reuniões do Copom, com um aumento de 0,75 ponto no encontro de maio. A consultoria estima que a Selic chegará a 4,75% o fim do ano.

***Site: https://valor.globo.com/impresso***

# Prévia da inflação acelera em março

Evolução mensal e em 12 meses do IPCA-15 - Em %




Fonte: IBGE

# BC vê piora fiscal afetar preços após curto prazo

***Anaïs Fernandes***

A combinação de um agravamento adicional da pandemia no Brasil a uma deterioração das contas públicas pode deixar a **inflação** mais baixa no curto prazo, mas chega uma hora em que os efeitos dos riscos fiscais se impõem e podem levar a preços acima do cenário-base do Comitê de Política Monetária (Copom). A perspectiva consta do Relatório de **Inflação** (RI) de março do Banco Central, divulgado ontem.

A autoridade monetária avaliou três cenários alternativos: um inflacionário, de piora da percepção sobre a situação fiscal; outro desinflacionario, com agravamento maior da pandemia e um terceiro combinando esses dois.

No cenário de risco fiscal, o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerraria 2021 em 5,7%, ante 5% do cenário-base do Copom. A meta para o ano é de 3,75%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. O descolamento atingiria o ápice no terceiro trimestre de 2022, com IPCA indo a 6,6%, 3,1 pontos percentuais acima do cenário-base. Ao fim de 2022, a **inflação** seria de 5,9%, ante 3,5% do cenário-base, que é a meta para o ano.

Para construir esse cenário, o BC usou como referência variações da incerteza econômica, do câmbio e do prêmio de risco ocorridas em período recente de deterioração fiscal (2014 a 2016).

No cenário de agravamento da pandemia, o reflexo máximo da redução da atividade sobre a **inflação** seria no último trimestre de 2021 e no primeiro de 2022. Ao fim deste ano, o IPCA estaria 0,5 ponto percentual abaixo do cenário-base, em 4,5%. No acumulado até o primeiro trimestre de 2022, avançaria 3,4%. No fim do próximo ano, estaria 0,3 ponto percentual aquém do cenário-base, a 3,2%.

Quando os dois cenários (de risco fiscal e sanitário) são combinados, as projeções de **inflação** de curto prazo são até 0,2 ponto percentual inferior ao cenário-base, devido à atividade mais fraca. Porém, diz o BC, os efeitos da materialização dos riscos fiscais começam a impactar a economia no fim de 2021 e passam a predominar a partir do segundo trimestre de 2022. "A projeção nesse cenário alternativo é 0,1 p.p. menor para 2021 e 0,2 p.p. maior para 2022", aponta o relatório, prevendo um IPCA de 4,9% em 202 lede 3,7% em 2022.

A projeção combinada incorpora 15% da intensidade do cenário de risco fiscal e 50% da intensidade do cenário de agravamento adicional da pandemia. O BC enfatiza que as intensidades escolhidas são apenas um exemplo e não refletem julgamento do Copom.

***Site: https://valor.globo.com/impresso***

# "Mourão no lugar de Bolsonaro é trocar a barbárie pela civilização", diz Dino

Dino: "Se o impeachment tivesse sido acolhido há um ano estaríamos em condições melhores para sair da pandemia"

***Maria Cristina Fernandes e Cristiane Agostine***

O governador do Maranhão, Flávio Dino, quer que o presidente da Câmara, Arthur Lira, avance do sinal amarelo para o vermelho. Não vê chance de o presidente Jair Bolsonaro mudar sua postura a partir do evento montado para produzir a unidade dos Três Poderes no combate à pandemia. Defende a instalação da CPI da pandemia no Senado para apurar as denúncias feitas pelo ex-ministro Eduardo Pazuello.

Diz ainda que o argumento de que o impeachment tiraria o foco da pandemia não funcionou. Passado um ano, a pandemia ainda não virou o foco deste governo. Para Dino, a troca pelo vice-presidente Hamilton Mourão seria o equivalente a passar da barbárie para a civilização.

Flávio Dino participou da "Live do Valor" na manhã de ontem. A seguir, os principais pontos:

Valor: A reunião entre os Três Poderes foi um divisor de águas no enfrentamento da covid-19?

Flávio Dino: Foi um passo importante na medida em que aparentemente haverá um maior protagonismo dos presidentes do Senado e da Câmara, que podem atuar na moderação das políticas equivocadas lideradas por Bolsonaro. Irei participar amanhã [hoje] da reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Mas seguramente está muito longe de se caracterizar um divisor de águas uma vez que o presidente da República continua o mesmo e sobretudo a sua política continua a mesma.

Valor: Foi anunciado um comitê gestor da pandemia e houve um jogo de empurra pela responsabilidade dos atos desse comitê que ainda não foi formalizado. Vai funcionar?

Dino: Bolsonaro não acredita no combate à pandemia. O que pode funcionar é essa articulação com presidente do Senado, Câmara, Supremo. Tudo o que aconteceu de positivo foi ou pela ação dos governadores, ou por determinações do Supremo ou por leis votadas no Congresso. Então este é o caminho que permitiu alguma espécie de redução de danos

Valor: Antes da posse do Marcelo Queiroga, o Ministério da Saúde liberou Estados e municípios a usar todo o lote da vacina. Amplia o alcance mas também os riscos. A ausência da segunda dose colocaria o esforço de imunização por água abaixo. Como o senhor conduz? Há consenso no Fórum dos Governadores?

Dino: De um modo geral os Estados estão priorizando o combate ao drama que estamos vivendo. A tendência mais forte é aplicar na primeira dose e confiar no provimento de doses adicionais, sobretudo pelo Instituto Butantan, que tem sido até aqui a principal vertente de sustentação do Programa Nacional de Imunização. Desejamos que a Fiocruz tenha um ritmo melhor. Na pandemia não há decisões ótimas, apenas razoáveis. Muito difícil ter solução ideal.

Valor: O consórcio do Nordeste fechou compra da vacina Sputnik e ainda na gestão de Pazuello houve acerto de que o ministério bancaria essa compra e esse lote seria redistribuído a toda Federação. Isso foi concretizado?

Dino: São 37 milhões de doses de vacina Sputnik que foram compradas por Estados do Nordeste e da Amazônia. Os contratos estão assinados e estamos aguardando o fim dessa longuíssima transição entre o ministro que saiu e o que entrou. Se o novo ministro entender por alguma razão que não deve manter o compromisso do ministro Pazuello, nós vamos assumir

e aí, neste caso, efetuar os pagamentos.

Valor: O ministro Queiroga já contactou os governadores?

Dino: Houve alguns diálogos informais, mas não há até agora esse sinal de participação, de reunião com governadores. Espero que aconteça o quanto antes. Na minha ótica deveria estar acontecendo hoje, porque quem está efetivamente no comando da crise sanitária desde o início são os governadores. Os governadores têm os leitos hospitalares, de UTI, que controlam o fluxo de vacinas. Não vejo como alguém possa coordenar no nível nacional e prescindir do diálogo com Estados e municípios.

Valor: Como o senhor avalia a compra privada de vacinas sem repartir com o SUS antes de esgotada a vacinação de camadas prioritárias?

Dino: A colaboração é bem-vinda para o Plano Nacional de Imunização. Ultrapassada a fase dos grupos prioritários, de maior risco, acredito que vamos conseguir até junho, acho que pode ter essa abertura. Não agora, mas posteriormente ela é bem-vinda.

Valor: Já há registro de roubos de vacinas em postos de saúde em Natal e outro no interior de São Paulo. E também operação da PF que apura o suposto contrabando de doses. O senhor teme que esses desespero de setores mais abastados pela vacina force um mercado paralelo?

Dino: O governo federal, com medidas negacionistas no que se refere à vacina, fez com que o desespero dominasse. Neste instante temos que perseverar nisso nos critérios de prioridades do SUS. Sem nenhuma exceção e combater ilegalidades com a polícia. Trata-se de contrabando, formação de quadrilha, organização criminosa, corrupção, emprego irregular de verbas públicas. Não podemos incentivar o salve-se quem puder, a lei do mais forte.

Valor: 0 Maranhão já registra roubos? Os governadores estão preocupados? Há reforço na segurança?

Dino: Já tomamos as providências para o reforço da segurança porque é um produto escasso e extremamente necessário. O caminho é diminuir a escassez, ou seja, aumentar a oferta para diminuir o incentivo econômico, a rentabilidade do crime, e usar a repressão estatal, a polícia. Vou fazer 53 anos e nunca tinha ouvido falar nisso.

Valor: O presidente do Senado tem sido contrário à CPI da Pandemia. O senhor vê chances de sua instalação?

Dino: A CPI deve ser instalada. Uma vez que tem número de assinaturas necessárias. Não se trata de uma escolha do presidente do Senado. Ele é obrigado a instalar. Ela se fortaleceu extremamente com as declarações do ex-minisrto Pazuello, que revelou fatos gravíssimos. Ele fala em corrupção, lobby, pressão, pareceres falsos. Se havia dúvida, juridicamente falando, agora não tem mais. Temos responsabilidade a apurar. É falsa a ideia de que isso atrapalha. O que atrapalha é colocar embaixo do tapete fatos gravíssimos que acontecem todos os dias. Tem interesses privados, poderosos. Não é apenas um ato patológico do presidente. Há negócios a serem investigados. Quem disse isso foi o ex-ministro.

Valor: O que os governadores reportaram de queixa em relação ao que diz Pazuello? Do que o senhor foi testemunha?

Dino: Todos os ministros da Saúde do governo Bolsonaro foram pessoas extremamente pressionadas de fora para dentro. A minha percepção é que eles não tiveram um dia de paz, pressionados por vários interesses, do próprio governo, políticos, econômicos, comerciais. Eles devem ser chamados a falar sobre isso. Porque houve essa inusitada escolha no país com mais de 200 milhões de pessoas de comprar apenas um tipo de vacina? Por que houve tanta resistência para comprar a vacina da Pfizer ou do Butantan? Será só por que o presidente nutre ódio pelo governador de São Paulo? Transparência não atrapalha. O que atrapalha é a perpetuação de mecanismos de malversação de recursos públicos ou péssimas decisões administrativas. As famílias dos 300 mil mortos são detentoras desse direito.

Valor: Cresceu a pressão sobre o chanceler Ernesto Araújo. O senhor, como governador de um Estado que tem enfrentado dificuldades na compra de insumos, equipamentos, medicamentos e, agora vacinas, pode contar como tem sido a relação com o Itamaraty?

Dino: Nenhuma. Não há nenhum empenho das embaixadas para que haja apoio ao clamor das populações nos Estados. E isso me espanta. Quando no ano passado houve aquela necessidade de comprar respiradores, luvas, máscaras, nunca recebi nenhuma oferta de ajuda do setor comercial de nenhuma embaixada. Ernesto Araújo é um ideólogo dessa doutrina do Brasil como pária internacional. Orgulho de se isolar do mundo porque seria um caminho redentor. Espero que seja demitido, e já vai muito tarde.

Valor: Ontem o presidente da Cantara, Arthur Lira, disse que a espiral de erros na condução da pandemia havia acendido o sinal amarelo. A abreviação do

mandato do presidente deixou de ser uma possibilidade remota?

Dino: O mandato presidencial entrou em sinal amarelo. É o presidente da Câmara quem tem legitimidade constitucional para admitir os pedidos de impeachment que lá tramitam, quase todos lastreados na clareza do Artigo 85 da Constituição e na Lei 1079 de 1950. Bolsonaro é uma espécie de "serial killer" no cometimento de crimes de responsabilidade. É, praticamente, um por dia. Essa declaração vai na direção de conferir uma maior plausibilidade política aquilo que, juridicamente, é inequívoco. E espero que isso funcione como um mecanismo de contenção. É preciso colocá-lo numa camisa de força institucional.

Valor: Um dos motivos da resistência do Congresso a dar curso aos pedidos de impeachment é a resistência ao vice Hamilton Mourão. A resistência hoje estaria menor?

Dino: Não tenho nenhuma dúvida de que o vice-presidente teria melhores condições de liderar o país neste momento. Não que eu concorde com seu ideário, sua visão política, mas ele teria a capacidade de dialogar em termos razoáveis. Sou testemunha disso. Justamente porque tem a capacidade de ouvir, elaborar, refletir e muito mais capacidade cognitiva e devoção ao trabalho. Ele teria pelo menos uma agenda de trabalho, de reuniões, para ouviras pessoas. Seria uma mudança profunda. Jamais votaria no vice para ser presidente, mas comparando com Bolsonaro seria quase a distinção entre civilização e barbárie.

Valor: O senhor não teme um governo ainda mais militarizado?

Dino: Difícil ter um governo mais militarizado do que este. Nem na ditadura tivemos tanta militarização.

Valor: O presidente da Câmara sempre argumenta que em meio a uma pandemia tiraria o foco da pandemia. Não tira?

Dino: Este argumento vem sendo usado há um ano. Se os pedidos de impeachment tivessem sido acolhidos há um ano o Brasil estaria em melhores condições de sair da pandemia. Está tudo pior. E não só na pandemia. Há uma depreciação das condições da economia. Estamos entrando em abril e não tem sequer Orçamento votado. Desorganização das cadeias de oferta e demanda. Ninguém sabe o que vai acontecer com juro e câmbio, **inflação** de alimentos, então não é apenas e já seria muito grave a pandemia, é o conjunto da obra. Em nome da previsibilidade e da certeza dos quais o mercado precisa, estamos, na verdade, sabotando esses fatores que o Brasil precisa porque o principal vetor de instabilidade e incerteza para o investimento público, para o investimento privado, para os contratos, para as instituições e para a pandemia, enfim, reside em um equívoco monumental representado pela mais alta autoridade do país.

Valor: O senhor vê omissão do Congresso?

Dino: Houve uma má avaliação dos fatores políticos. Há um interesse aqui e acolá mas esses interesses não se sustentam. Me refiro ao mercado mas também a atores políticos que imaginam que a sombra do poder iria, de alguma forma, beneficiá-los. Não trato de benefícios pessoais porque isso não me compete e espero que isso não esteja ocorrendo, mas benefícios políticos? De um governo desacertado como este, desastrado como este? Que beneficio haverá? Há políticos no Congresso que vão sustentar isso, até quando?

***Site: https://valor.globo.com/impresso***

# BC indica limites para o ciclo de alta dos juros (3)

Para os fins práticos cia política monetária, as declarações do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, foram mais claras sobre o futuro comportamento da taxa de juros, do que a menção à "normalização parcial" anunciada pelo Copom. "Dissemos que é parcial porque a Selic não vai para o neutro", disse, referindo-se â taxa neutra real de juros, estimada em 3%. Da mesma forma, ele desincentivou apostas superiores a 0,75 ponto percentual de aumento da Selic na próxima reunião do Copom em maio - a ata criou em partes do mercado a expectativa de que a alta poderia ser de 1 ponto. Para Campos Neto, isso só ocorrerá com "alguma coisa muito fora de nosso cenário".

O Relatório de **Inflação** trimestral, divulgado ontem, estende com análise técnica mais detalhada as principais orientações do BC e procura justificar a avaliação polêmica de uma recuperação rápida da economia no segundo semestre, após o interregno do agravamento da pandemia no primeiro. Ela deu base, junto com outros fatores, â decisão de iniciar aceleradamente o ciclo de alta de juros, com dois ajustes de 0,75 ponto percentual cada.

Espalhadas ao longo do relatório, as razões para a surpresa inflacionária, para a deterioração das expectativas e para a ameaça do IPCA de saltar além do teto das metas foi a elevação intensa dos preços das commodities associada à desvalorização do real- uma conjugação pouco comum. A ela se acrescenta a evolução dos preços administrados, estimada em 9,5%, ante variação de 3,5% dos preços livres. A influência principal nos administrados, porém, foram os preços do petróleo, cotados em dólar-ambos dispararam.

Pelos cálculos do BC, a probabilidade de a **inflação** ultrapassar 5,25% em 2021 subiu de 8% para 41%, entre o relatório de dezembro e o de agora. O IPCA em doze meses atingirá 7,8% no segundo trimestre e foi 0,77% superior ao que o BC projetava para o primeiro. Pior, a alta das commodities amorteceu o recuo esperado dos preços dos alimentos, que, ainda assim, foi significativo (de 3,49% no trimestre ante 9,05% nos três meses anteriores). A taxa trimestral média anualizada dos núcleos de **inflação** foi de 5,39%, "sugerindo que o aumento recente de preços não se restringe aos componentes voláteis, os principais fatores de pressão".

Não havia então alternativa ao aumento de juros, mas por que fazê-lo intensamente? As respostas cio BC parecem considerar que a economia está em melhor forma do que aparenta. Primeiro, o hiato do produto (o quanto a atividade se distancia de seu potencial ou o excede) reduziu-se para - 3,2% e estará zerado ao fim cie 2021. Embora veja muita incerteza no primeiro semestre, o cenário cio BC conta com vacinação em massa contra a covid-19 em março e abril. Março já se foi e impera a falta de imunizantes, com o aumento forte de mortes e proliferação de lockdowns que podem comprometer a recuperação futura.

O BC considera ainda que o nível de utilização da capacidade instalada está acima da média cios últimos anos, mas o gráfico que ilustra o fato mostra que isso é verdade considerando-se o período de 2015 em diante, marcado por recessão e crescimento medíocre, mas está bem abaixo da de anos "normais". A indústria cresceu em janeiro e seus estoques são baixos, mas os cio varejo, que recuou em fevereiro abaixo do nível pré-pandemia, subiram.

A ideia de que a recuperação será "robusta" e mais rápida baseia-se não só na diminuição do hiato cio produto, como também no grau de mobilidade de março de 2020 (perto cie 20%) e o de agora, muito maior. É possível, porém que a atual onda de contágio, que é superior à primeira, deixe sequelas fortes na mobilidade e nas atividades a curto prazo. Além disso, "a taxa de desocupação deve persistir em elevação nos próximos meses, com o crescimento da oferta de trabalho continuando em ritmo mais intenso que o da ocupação".

Há boas notícias no relatório. Cálculos do BC indicam que o repasse cie preços ao consumidor até o fim de 2020 "foi rápido e intenso", com grande probabilidade de não se repetir. "Salvo novas altas nos preços de commodities e na taxa de câmbio, a pressão dos custos de insumos sobre os preços ao produtor de bens industriais tende a arrefecer nos próximos trimestres", registra o relatório.

O comportamento cie commodities e dólar aumenta as incertezas para o futuro. Mas os números e tom cio relatório indicam que o país não está perto do descontrole inflacionário (a menos que sobrevenha o fiscal) nem de uma forte e desarrazoada elevação dos

juros.

***Site: https://valor.globo.com/impresso***